



PARQUE NATURAL DO TEJO INTERNACIONAL
PROPOSTA DE PLANO DE COGESTÃO
2024-2026



Comissão de Cogestão do PNTI

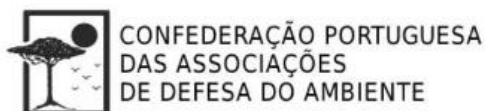
Abril 2024

Financiado por:



Coordenação:

Comissão de Cogestão do Parque Natural do Tejo Internacional





ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO	4
2. MODELO DE COGESTÃO DO PNTI	5
2.1 COGESTÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS	5
2.2 PLANO DE COGESTÃO	6
2.3 COMISSÃO DE COGESTÃO	6
2.4 CONSELHO ESTRATÉGICO	7
2.5 MISSÃO, VISÃO E VALORES	7
2.6 COMPROMISSOS ESTRATÉGICOS	8
3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA PROTEGIDA DO PARQUE NATURAL DO TEJO INTERNACIONAL...	9
3.1 PAISAGEM E VALORES NATURAIS	13
3.2 GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA	13
3.3 CLIMA E HIDROGRAFIA	14
3.4 FAUNA	15
3.5 FLORA E VEGETAÇÃO	16
3.6 GESTÃO CINEGÉTICA	17
3.6 PATRIMÓNIO E CULTURA	19
3.7 DEMOGRAFIA NO TERRITÓRIO	21
3.7 USO DO SOLO	22
4. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO	23
4.1 FATORES CRÍTICOS	25
4.2 O QUE SE PRETENDE MUDAR?	26
4.3. MUDANÇAS PARA O TERRITÓRIO DO PNTI	27
4.4 ESTRATÉGIA, EIXOS E ÁREAS-CHAVE DE INTERVENÇÃO	27
5. AUSCULTAÇÃO E ENVOLVIMENTO DE ATORES-CHAVE	28
5.1 AUSCULTAÇÃO DOS ATORES CHAVE	29
5.2 AUSCULTAÇÃO DOS VISITANTES DO PNTI	30
6. CONSULTA PÚBLICA	31
6.1 CONSULTA PÚBLICA DO PLANO DE COGESTÃO	31
7. PROGRAMA DE MEDIDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS	32
8. INSTRUMENTOS E LINHAS DE FINANCIAMENTO	41
8.1. FINANCIAMENTO DAS MEDIDAS E AÇÕES	41
8.2. ESTRATÉGIA DE OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO	41
8.3. RESUMO DO INVESTIMENTO NECESSÁRIO AO PLANO DE COGESTÃO	42
9. MONITORIZAÇÃO	42
10. PUBLICITAÇÃO E DIVULGAÇÃO	52

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1- MAPA COM OS LIMITES DO PNTI (FONTE: IPCB)	11
FIGURA 2- LIMITES DA ZPE DO TEJO INTERNACIONAL, ERGES E PONSUL (FONTE: ICNF)	11
FIGURA 3- CANHÃO DO ERGES (SEGURA) (FONTE: ICNF)	14
FIGURA 4- CEGONHA-PRETA (CICONIA NIGRA) (FONTE: ICNF)	16
FIGURA 5- MARGENS DO RIO ARAVIL	17
FIGURA 6- CERVÍDEOS NO PNTI (FONTE ICNF)	18
FIGURA 7- ZONAS DE CAÇA INSERIDAS NO PNTI (FONTE: ICNF)	18
FIGURA 8- PONTE ROMANA DE SEGURA; IGREJA MATRIZ DE SALVATERRA DO EXTREMO E PELOURINHO DE ROSMANINHAL	19
FIGURA 9- USO DO SOLO NO PNTI – COS 2018	22



FIGURA 10 - SESSÕES PARTICIPATIVAS, PERAIS, CEGONHAS E SEGURA29

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1- EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PNTI (FONTE: INE)..21
 TABELA 2- POPULAÇÃO RESIDENTE NOS CONCELHOS PERTENCENTES AO PNTI (FONTE: CENSOS 2021, INE)..... 21
 TABELA 3- USO DO SOLO NO PNTI – COS 2018.....23

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1- EIXOS ESTRATÉGICOS DO PLANO DE COGESTÃO DO PNTI.....8
 QUADRO 2- PRINCIPAIS LINHAS DE ÁGUA E SEUS AFLUENTES EXISTENTES NO PNTI.....15
 QUADRO 3- ANÁLISE SWOT DO PNTI.....24
 QUADRO 4- EIXOS ESTRATÉGICOS E MEDIDAS DO PLANO DE COGESTÃO DO PNTI.....32
 QUADRO 5- MEDIDAS E AÇÕES DO EIXO 1: INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO..... 33
 QUADRO 6- VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO DO EIXO 1: INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....34
 QUADRO 7- MEDIDAS E AÇÕES DO EIXO 2: VALORIZAÇÃO DO PNTI E PROMOÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VISITAÇÃO.....35
 QUADRO 8- VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO DO EIXO 2: VALORIZAÇÃO DO PNTI E PROMOÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VISITAÇÃO.....36
 QUADRO 9- MEDIDAS E AÇÕES DO EIXO 3: EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO.....36
 QUADRO 10- VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO DO EIXO 3: EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO.....37
 QUADRO 11- MEDIDAS E AÇÕES DO EIXO 4: SENSIBILIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ENVOLVIMENTO DOS ATORES-CHAVE.....37
 QUADRO 12- VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO DO EIXO 4: SENSIBILIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ENVOLVIMENTO DOS ATORES-CHAVE.....39
 QUADRO 13- MEDIDAS E AÇÕES DO EIXO 5: GOVERNANÇA PARTICIPATIVA.....39
 QUADRO 14- VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO DO EIXO 5: GOVERNANÇA PARTICIPATIVA.....40
 QUADRO 15- RESUMO DO INVESTIMENTO NECESSÁRIO AO PLANO DE COGESTÃO DO PNTI.....42
 QUADRO 16- CONJUNTO DOS INDICADORES ADOTADOS, EIXO 1: INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....43
 QUADRO 17- CONJUNTO DOS INDICADORES ADOTADOS, EIXO 2: VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VISITAÇÃO.....45
 QUADRO 18- CONJUNTO DOS INDICADORES ADOTADOS, EIXO 3: EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO.....47
 QUADRO 19- CONJUNTO DOS INDICADORES ADOTADOS, EIXO 4: SENSIBILIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ENVOLVIMENTO DOS ATORES-CHAVE.....48

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS TRÊS CONCELHOS PERTENCENTES AO PNTI.....21



1. ENQUADRAMENTO

O plano de cogestão é o instrumento orientador de gestão da comissão de cogestão da área protegida que “determina a estratégia a implementar com vista a valorizar e promover o território, sensibilizar as populações locais e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores, devendo integrar um programa de medidas e ações que concretizam essa estratégia” como previsto, (alínea a), n.º 1, art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto).

Entre 2017 e 2019, o PNTI foi alvo de um projeto piloto (Projeto Piloto de Cogestão do Parque Natural do Tejo Internacional), financiado pelo Fundo Ambiental, o qual visou reafirmar o PNTI, protegendo os seus valores de cooperação, partilha, compromisso transparência e comunicação e desencadeando os processos de promoção e aproveitamento dos recursos territoriais através de uma gestão de proximidade.

O projeto piloto teve por missão criar, desenvolver e consolidar um modelo de gestão participativo, colaborativo e articulado no PNTI, valorizando a área protegida e melhorando a eficiência das interações entre o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, os Municípios (Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Rodão) e demais autoridades competentes da administração, promovendo ainda uma relação de maior proximidade aos cidadãos e demais entidades públicas e privadas, com particular destaque para os parceiros. Teve por visão inovar nas boas práticas de gestão reconhecendo a área protegidas como área de demonstração em que é possível fazer diferente, trabalhando em rede e envolvendo as populações e os atores chave, na promoção da defesa do capital natural português.

O projeto piloto assentou no princípio de gestão colaborativa e contou com o envolvimento do Fundo Ambiental, Câmara Municipal de Castelo Branco, Câmara Municipal de Vila Velha de Rodão, Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Quercus, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e a Associação Empresarial da Beira Baixa. No âmbito do projeto piloto concretizaram-se diversas ações inscritas no Plano de Valorização que foi elaborado no âmbito do projeto e especificamente desenvolvido para o efeito, incidindo em domínios como sejam: sinalética e imagem, estratégia de desenvolvimento para o turismo, investigação e monitorização de espécies, formação para capacitação e sensibilização de atores chaves, entre outros.

Uma vez concluído o projeto piloto, os seus resultados foram utilizados pelas instituições tutelares como base de suporte à produção da atual legislação sobre a cogestão nas áreas protegidas de âmbito nacional, prevista como medida estruturante na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, e instituída pelo Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, a qual visa concretizar uma dinâmica de gestão de proximidade na qual os municípios, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. e outras entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável se integram, no quadro das suas competências e atribuições, num modelo participativo, colaborativo e articulado e que garante a continuidade da gestão colaborativa no território, validando desta forma, explicitamente as atividades, experiências e resultados alcançados.

O plano de cogestão do Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI), constitui o referencial estratégico da gestão da área protegida (AP) para o período 2024 – 2026, e visa criar uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural com incidência específica nos domínios da promoção, da sensibilização e da comunicação.



O plano foi elaborado pela comissão de cogestão em observância dos preceitos legais e procedimentos aplicáveis, aplicando-se aos três concelhos com especial incidência no território do Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI) e sempre que adequado, às zonas envolventes, circunscritas ao limite administrativo dos municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão.

As propostas de programação definidas no plano da cogestão do PNTI encontram-se alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), objetivos e prioridades da Estratégia Portugal 2030, e das Estratégias 2030 da Região Centro e da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, (nomeadamente plano de adaptação às alterações climáticas PIAAC-BB), bem como com a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, assegurando um importante contributo nos mais relevantes domínios da política nacional e regional.

2. MODELO DE COGESTÃO DO PNTI

2.1 COGESTÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS

A cogestão das áreas protegidas, instituída pelo Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, aplica-se às áreas protegidas de âmbito nacional que constituem a Rede Nacional de Áreas Protegidas, está ancorada na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, e concretiza a transferência de competências para as autarquias locais, regulada na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

A cogestão prossegue uma gestão de proximidade assente num modelo participativo e colaborativo, que perspetiva o reforço da atratividade e do desenvolvimento económico e social dos territórios que integram as áreas protegidas. Neste modelo de cogestão participam diversos atores, públicos e privados, envolvidos na comissão de cogestão e no conselho estratégico.

A comissão de cogestão assume as funções de órgão de administração e gestão, perante o Estado e a comunidade, com a missão de criar uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, que aproxime os cidadãos e as instituições relevantes, recorrendo a procedimentos participativos e concertados, contribuindo assim para salvaguarda dos valores naturais da área protegida em causa e na resposta às solicitações da sociedade.

A atuação da comissão de cogestão incide especificamente nos domínios da **promoção**, da **sensibilização** e da **comunicação**, está balizada nos princípios e nas normas legais e regulamentares aplicáveis às áreas protegidas, em especial as previstas no Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (RJCNB) e na Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, e não inclui a prática de atos reservados, por lei ou regulamento, à autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade, nomeadamente a prática de atos permissivos relativos a atividades condicionadas na área protegida.

A adoção do modelo de cogestão no PNTI, foi requerida pelos municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão a 7 de dezembro de 2021, realizada nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, alterado pelo despacho nº 2971/2024, de 20 de março, com a designação do Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova para presidir à comissão de cogestão, sendo substituído pelo Presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, nas situações de impedimento ou ausência.



O conselho estratégico é um órgão de natureza consultiva previsto no RJCNB e na estrutura orgânica da autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade. No âmbito específico da cogestão da área protegida, ao conselho estratégico estão atribuídas competências de apreciação e pronúncia aos instrumentos de gestão bem como de apoio à comissão de cogestão na execução dos mesmos.

2.2 PLANO DE COGESTÃO

O plano de cogestão do PNTI, é o instrumento de gestão que consagra a visão e a estratégia para prosseguir a valorização e a promoção do território, a sensibilização da comunidade e dos atores locais, e a melhoria da comunicação com interlocutores e utilizadores, consubstanciando um compromisso entre as entidades que integram a comissão de cogestão, ampliado por parcerias com outras entidades que atuam no território.

Este plano, concertado entre parceiros e mobilizador de sinergias, está suportado numa visão partilhada que assenta num diagnóstico prospetivo da área protegida, e materializa projetos e ações consideradas prioritárias para a valorização da PNTI, com indicação das respetivas fontes de financiamento dos parceiros executores.

O plano de cogestão do PNTI para 2024 – 2026, que inclui os indicadores de realização estabelecidos no Anexo à Portaria n.º 67/2021, de 17 de março, após sujeito a consulta pública, será objeto de parecer pelo Conselho Estratégico, que precede à sua aprovação pela comissão de cogestão.

2.3 COMISSÃO DE COGESTÃO

A comissão de cogestão é constituída pelos municípios integrantes da área protegida, pela autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade, e por entidades com conhecimento técnico-científico e saberes aplicados, que possam contribuir para a aplicação das políticas de conservação, valorização e competitividade do território.

Constituída através do Despacho n.º 1423/2022, de 3 de fevereiro e alterada pelo Despacho 2971/2024, de 20 de março, a comissão de cogestão do PNTI tem a seguinte composição:

- a) O Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, que preside à comissão de cogestão, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo Presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão;
- b) O Diretor Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Centro, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo Chefe de Divisão de Cogestão de Áreas Protegidas do Centro;
- c) O diretor de serviços da Unidade de Ambiente, Conservação da Natureza e Biodiversidade da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo chefe de divisão de Conservação da Natureza;
- d) O Representante do Instituto Politécnico de Castelo Branco;
- e) O Representante de Organizações Não-Governamentais de Ambiente e equiparadas designado pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente;
- f) O Representante da Associação Empresarial da Beira Baixa;
- g) O Representante da Associação de Produtores Florestais da Beira Interior;



h) O Representante do Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Idanha-a-Nova.

Esta comissão de cogestão tem responsabilidades específicas quanto a esta área protegida, enquanto órgão de administração e gestão da mesma, sendo o primeiro responsável perante a comunidade pelo desempenho da gestão nos domínios da **promoção, comunicação e sensibilização**.

2.4 CONSELHO ESTRATÉGICO

O conselho estratégico do PNTI, integra os representantes de diversas entidades, conforme estabelece o Despacho n.º 6086/2015, de 21 de maio, do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, designadamente: ICNF, I. P.; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; Direção -Geral do Património Cultural; Agência Portuguesa do Ambiente; Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro; Câmara Municipal de Castelo Branco; da Câmara Municipal de Idanha -a -Nova; da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão; das Juntas de Freguesia da área do PNTI; do Instituto Politécnico de Castelo Branco; da Associação de Produtores Florestais; das Organizações do Sector da Caça; das Associações de Agricultores; da Entidade Regional de Turismo do Centro; dos Operadores de Turismo de Natureza; das Associações de Desenvolvimento local/regional; do Núcleo Empresarial da Região; das Organizações Não Governamentais de Ambiente, de âmbito regional ou de âmbito nacional com intervenção na área do PNTI e até três individualidades de reconhecido mérito, prestígio académico ou profissional.

No âmbito estrito da cogestão, são competências do conselho estratégico:

- Apreciar e emitir parecer sobre os instrumentos de gestão ou outros assuntos submetidos pela comissão de cogestão;
- Apoiar a comissão de cogestão na identificação dos instrumentos e linhas de financiamento de apoio à execução do plano de cogestão;
- Apoiar a execução de medidas e ações do plano de cogestão;
- Propor soluções e elaborar recomendações à comissão de cogestão.

2.5 MISSÃO, VISÃO E VALORES

A Missão, Visão e Valores definidos para a implementação do modelo de cogestão nesta AP são os seguintes:

Missão: Implementar e consolidar um modelo de gestão participativo, colaborativo e articulado no Parque Natural do Tejo Internacional, criando uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, tendo por base a sustentabilidade do território, melhorando a eficiência das interações institucionais existentes na área e promover uma relação de maior proximidade entre as entidades de gestão, os agentes económicos, as populações residentes e demais entidades com relevância nesta área protegida.

Visão: Contribuir para afirmar os valores naturais e culturais do parque natural, nomeadamente, a biodiversidade, a geodiversidade e o capital natural e cultural como recursos fundamentais para o desenvolvimento sustentável do território do PNTI, investindo numa gestão de proximidade, participativa e colaborativa, assente no conhecimento e inovação, que assegure uma convivência harmoniosa entre as atividades humanas e a natureza, como legado para as gerações futuras.



Valores: Comunicação, cooperação, partilha, transparência e compromisso.

2.6 COMPROMISSOS ESTRATÉGICOS

Tendo em conta os objetivos estratégicos definidos, com vista a valorizar e promover o território do PNTI, sensibilizar a comunidade e os atores locais e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores, foram definidos cinco Eixos Estratégicos de atuação, aplicáveis ao plano de cogestão, a saber (Quadro1):

EIXOS ESTRATÉGICOS DO PLANO DE COGESTÃO DO PNTI
Eixo 1: Informação e comunicação
Eixo 2: Valorização e promoção das condições de visitaçã
Eixo 3: Educação e investigação
Eixo 4: Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores-chave
Eixo 5: Governança participativa

Quadro 1- Eixos estratégicos do plano de cogestão do PNTI

Sistematizam-se a seguir os compromissos estratégicos entre as entidades integrantes da comissão de cogestão do PNTI, tendo como objetivos principais a **valorização**, a **promoção** e a **comunicação** da área protegida traduzidos em cinco compromissos estratégicos considerados mais relevantes para o desenvolvimento sustentável desta área protegida:

COMPROMISSO ESTRATÉGICO I

PROMOVER A INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O PNTI

Elaborar um plano estratégico de marketing territorial sobre o PNTI, visando o desenvolvimento de estratégias de divulgação e de sensibilização para os valores em presença, para a conservação da natureza, e para as boas práticas de usufruição do território, aumentando deste modo a sua visibilidade e projeção para o exterior.

Melhorar e atualizar os meios de informação e de divulgação existentes, sobre o PNTI, nomeadamente o site e redes sociais.

Promover as marcas territoriais existentes e os produtos endógenos, a nível nacional e internacional.

COMPROMISSO ESTRATÉGICOS II

VALORIZAR O PNTI E PROMOVER AS SUAS CONDIÇÕES DE VISITAÇÃO

Valorizar a rede de equipamentos e de infraestruturas de apoio ao turismo e lazer que servem o PNTI, de modo a melhorar a experiência de visitaçã, a conferir maior segurança aos que visitam esta área protegida, e a dinamizar o turismo de natureza, salvaguardando a conservação dos valores ambientais e paisagísticos.



Valorizar e implementar de rotas e percursos no PNTI e ainda proceder à manutenção de espaços e estruturas de visitação.

COMPROMISSO ESTRATÉGICO III

PROMOVER A EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO SOBRE O PNTI

Promover a realização de encontros científicos, que consolidem o conhecimento sobre o património natural (espécies, cartografia de habitats e ecossistemas) do PNTI.

Estabelecer protocolos com centros de investigação para o desenvolvimento de diferentes áreas e fatores de produção, nomeadamente para a valorização comercial dos produtos endógenos, existente no PNTI.

Reforçar o papel do Centro de Educação Ambiental de Castelo Branco, do Centro de Interpretação da Biodiversidade de Segura e do Centro de Interpretação Ambiental de Alfrivida, enquanto promotores de ateliers dirigidos sobretudo à comunidade escolar, através da programação de atividades de educação ambiental perspetivando a sensibilização para a defesa do ambiente e dos valores naturais do PNTI.

COMPROMISSO ESTRATÉGICO IV

SENSIBILIZAR, CAPACITAR E ENVOLVER OS ATORES-CHAVE NO PNTI

Fomentar a gestão participativa e colaborativa do PNTI, através da promoção de eventos, fóruns de discussão, workshops, ações de formação, para capacitação dos atores chave, de forma a compatibilizar as atividades socioeconómicas com a gestão do PNTI.

Promover ações de educação ambiental e projetos transfronteiriços de desenvolvimento de produtos turísticos que incluam o património histórico-cultural da região do PNTI, integrando os atores-chave do território.

Estimular o envolvimento dos proprietários e operadores turísticos visando na visitação para um turismo controlado sem prejuízo para os valores naturais existentes no PNTI.

COMPROMISSO ESTRATÉGICO V

PROMOVER UMA GOVERNANÇA PARTICIPATIVA

Preparar e executar um plano de cogestão participativo, garantindo o envolvimento da população local e partes interessadas na gestão do território do PNTI, fomentando a criação de condições para a materialização de projetos. Dinamizar sessões participativas sobre temas que constituem ameaças e oportunidades para o PNTI, constituindo grupos de trabalho, no sentido de criar projetos de âmbito territorial.

Desenvolver uma ferramenta de monitorização de todas as intervenções ocorridas no Âmbito da cogestão.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA PROTEGIDA DO PARQUE NATURAL DO TEJO INTERNACIONAL

O Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI) é uma área protegida de interesse nacional criada pelo Decreto Regulamentar n.º 9/2000, 18 de agosto, alterado pelos Decretos Regulamentares n.º 3/2004, de 12 de fevereiro, e n.º 21/2006, de 27 de dezembro, e dotada de Plano de Ordenamento aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2008, de 24 de novembro, alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 63/2013, de 28 de outubro, e 19/2014, de 10 de março.



O Plano de Ordenamento do PNTI foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2008, de 24 de novembro, com o objetivo de estabelecer um regime de gestão e salvaguarda dos valores naturais, de forma a garantir a conservação da natureza e da biodiversidade, assim como a manutenção e valorização da paisagem, associado ao aproveitamento racional dos recursos naturais, à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e à conciliação com o desenvolvimento social e económico das populações aí presentes, essenciais à implementação do princípio da utilização sustentável do território e do garante da sua disponibilidade para as gerações futuras, o qual foi alterado pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 67/2013, de 28 de outubro, e n.º 19/2014, de 10 de março.

A criação do PNTI, justificou-se pela necessidade de promover a conservação de valores de relevante importância biológica, no sentido de assegurar condições de reprodução para espécies muito suscetíveis à perturbação, como sejam a cegonha-preta, o abutre do Egito, a águia de Bonelli, a águia-real, o grifo e o bufo-real, entre outras espécies.

Para além da conservação dos valores biológicos, evidenciam-se outros objetivos desta Área Protegida, conforme o art.º 3º do diploma que o criou como, apoiar as atividades humanas tradicionais, potenciando o seu desenvolvimento económico e o bem estar das populações residentes, em harmonia com a conservação da natureza, valorizar e salvaguardar o património arquitetónico, arqueológico e etnológico da região, promovendo a sua divulgação e a educação ambiental, e ordenar e disciplinar as atividades turísticas e recreativas, de forma a evitar a degradação do património da região e a permitir o seu uso sustentável.

A classificação do Parque Natural do Tejo Internacional como área protegida, resulta essencialmente da riqueza natural que alberga. O interesse na proteção, conservação e gestão do território abrangido pelo PNTI encontra-se demonstrado pela necessidade de assegurar a conservação dos valores naturais que estiveram na origem da classificação da referida área como Parque Natural, pelo mencionado Decreto Regulamentar n.º 9/2000, de 18 de agosto, e como Zona de Proteção Especial (ZPE), pelo Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro, e com os limites ajustados pelo Decreto-Lei n.º 141/2002, de 20 de maio, no âmbito da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril de 1979 (Diretiva Aves), integrando, nessa medida, a Rede Natura 2000.

Desta forma, cumulativamente com o estatuto de Parque Natural, o PNTI sobrepõe-se parcialmente, numa extensa área, à **ZPE do Tejo Internacional, Erges e Ponsul (PTZPEOO42)**, classificada ao abrigo da Diretiva Aves, conforme se pode observar na figura 1.

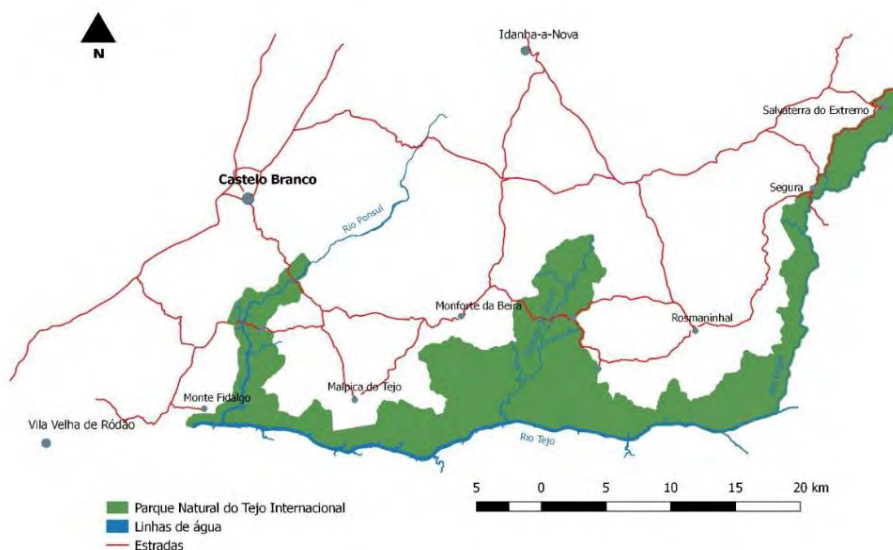


Figura 1- Mapa com os limites do PNTI (Fonte: IPCB)

O PNTI situa-se na Região Centro-Este de Portugal Continental, junto à fronteira com Espanha. Pertence à NUT III Beiras e Serra da Estrela, cobrindo uma superfície de 26.484 ha em território pertencente aos concelhos de Castelo Branco (nas freguesias de Castelo Branco, Malpica do Tejo, Monforte da Beira), Idanha-a-Nova (na freguesia de Rosmaninhal e nas uniões de freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo e de Zebreira e Segura) e Vila Velha de Ródão (na freguesia de Perais), conforme se pode verificar na figura 2.

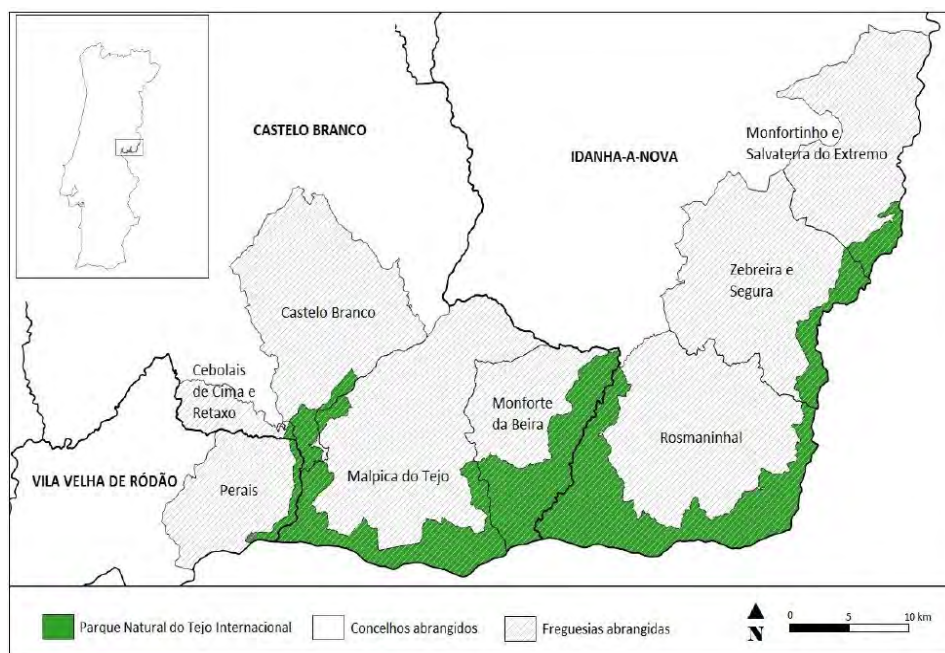


Figura 2- Limites da ZPE do Tejo Internacional, Erges e Ponsul (Fonte: ICNF)



O PNTI situa-se na Região Centro-Este de Portugal Continental, junto à fronteira com Espanha. Pertence à NUT III Beiras e Serra da Estrela, cobrindo uma superfície de 26.484 ha em território pertencente aos concelhos de Castelo Branco (nas freguesias de Castelo Branco, Malpica do Tejo, Monforte da Beira e na união de freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo), Idanha-a-Nova (na freguesia de Rosmaninhal e nas uniões de freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo e de Zebreira e Segura) e Vila Velha de Ródão (na freguesia de Perais).

O PNTI abrange o vale do troço superior e fronteiro do rio Tejo, os vales confinantes dos rios Erges, Aravil e Ponsul e as áreas aplanadas adjacentes, onde se destacam as arribas e canhões fluviais do Tejo e seus efluentes, assim como outros biótopos caraterísticos das paisagens meridionais, nomeadamente vastas zonas de montado de sobro e azinho, estepes cerealíferas e linhas de água com comunidades vegetais ripícolas associadas, fundamentais no suporte da diversidade faunística e florística aí existente.

O Acordo de Cooperação entre Portugal e Espanha, assinado em 9 de maio de 2012 e aprovado por Portugal pelo Decreto n.º 9/2013, de 9 de maio, instituiu o Parque Internacional Tejo-Tajo, que, na parte portuguesa, assume os limites do PNTI e que visa consolidar e fortalecer a cooperação e a coordenação da gestão deste espaço natural transfronteiriço. Complementarmente, o Parque Internacional Tejo-Tajo constitui uma das três áreas transfronteiriças integradas na Rede Nacional das Reservas da Biosfera, criada no âmbito do Programa Man & Biosphere (MaB) da UNESCO.

Estas áreas, denominados de laboratórios de desenvolvimento sustentável, prosseguem a constituição de modelos de gestão participativos, tendo em vista a proteção, valorização e dinamização do património natural e cultural, com o propósito de aprofundar e divulgar o conhecimento técnico e científico, fomentar as atividades turísticas e a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

A Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tejo/Tajo Internacional foi aprovada na 28.ª sessão do Conselho de Coordenação Internacional do Programa (MaB) da UNESCO, a 19 de março de 2016. Note-se que esta classificação não colide com a sua classificação como Parque Natural ou como área integrante da Rede Natura 2000, pois é complementar e cria sinergias com o trabalho que aí se desenvolve em termos de conservação da biodiversidade e de desenvolvimento sustentável.

O PNTI integra, ainda, o Geopark Naturtejo da Meseta Meridional, criado em 2006, que é constituído pelos Municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Nisa, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão. Pertence à Rede Mundial de Geoparques da UNESCO, que configura um caso de sucesso na promoção de valores singulares do território, numa iniciativa em muito dinamizada pelas autarquias locais e que reforça o sentido do Projeto Piloto, que se pretende desenvolver, ancorando-se na experiência adquirida e no conjunto singular de caraterísticas presentes neste território classificado.

A multiplicidade e diversidade de classificações é um bom indicador da relevância deste território, não só em termos de valores naturais, onde se identificam muitas taxa endémicas e/ou ameaçadas a nível local, nacional e internacional e uma grande diversidade de habitats, mas também ao nível de espécies de interesse económico e formas tradicionais de exploração dos recursos naturais.



3.1 PAISAGEM E VALORES NATURAIS

A paisagem do PNTI é relativamente diversificada, podendo ser lida como resultado da significativa humanização por um lado, e por outro como decorrente das características e da resposta que os recursos naturais foram dando ao longo dos processos de transformação. Atualmente, apresenta diferentes estados de conservação, atendendo à interação entre as componentes ambientais e as humanas.

As formações vegetais caracterizam-se por uma distribuição muito relacionada com a estrutura oro-hidrográfica do PNTI. Ao longo das linhas de água os tamujais são frequentes e mais raramente, no Erges, podem observar-se os amiais. As encostas declivosas que ladeiam os cursos de água são cobertas por um matagal mediterrâneo rico e diverso, com afloramentos rochosos frequentes, dominados pelo xisto, e pontualmente, granito.

Nas áreas adjacentes aos cursos de água, mais aplanadas, são essencialmente cobertas por montados de sobro e especialmente de azinho, e ainda por zambujais e medronhais que se encontram em bom estado de conservação.

O valor faunístico é aquele que aporta mais reconhecimento ao PNTI em termos de conservação da natureza. Este decorre da importância das aves que nidificam ao longo dos vales dos cursos de água e nas encostas escarpadas, destacando-se como espécies mais importantes a cegonha-preta (*Ciconia nigra*), a águia-real (*Aquila chrysaetos*), a águia-de-bonelli (*Hieraetus fasciatus*), o britango (*Neophron percnopterus*), o bufo-real (*Bubo bubo*), o grifo (*Gyps fulvus*) e o chasco-preto (*Oenanthe leucura*).

O PNTI desempenha igualmente um papel muito importante na conservação de outras espécies associadas ao bosque mediterrânico, onde se destaca a água imperial-ibérica (*Aquila adalbertie*) o abutre-preto (*Aegypius monachus*). E, ainda, para algumas espécies tipicamente estepárias com elevado estatuto de conservação em Portugal, que frequentam as áreas abertas de planalto contíguas às encostas, sendo o único sítio em Portugal onde ainda se pode o cortiçol-de-barriga-branca (*Pterocles alchata*).

Os cursos de água que integram o PNTI desempenham ainda uma importante função como corredores ecológicos e habitat fundamental para a conservação dos valores da bacia hidrográfica, salientando-se a população de cumba Barbus comizo, ciprinídeo endémico da Península Ibérica e que apresenta uma distribuição global às bacias do Tejo e Guadiana.

3.2 GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

O substrato sobre o qual assenta o PNTI contribui, de forma crucial, para a biodiversidade aí existente e é a base sobre a qual assenta a variedade paisagística existente. O património geológico imprime um enorme valor no território, quer do ponto de vista cultural, quer recreativo. Sendo uma parte fundamental do património natural e cultural, é parte importante da diversidade natural deste território.

O PNTI insere-se na unidade estrutural do Maciço Antigo, que se enquadra na era geológica do Pré-Câmbrico e do Paleozoico e é constituída pelas rochas mais antigas, eruptivas e metamórficas. Do ponto de vista geológico, considera-se que a zona envolvente do PNTI, com interesse, será a interceção das bacias hidrográficas, que drenam para o Parque Natural, com os aquíferos inseridos nas referidas bacias.

Apresenta ainda alguns locais de grande interesse geológico, considerados geomonumentos, nomeadamente o Canhão do Erges (ilustrado na figura 3), a Falha do Ponsul - com 300 milhões de anos e que se estende por 120 km, as Minas de Segura - onde foi explorado volfrâmio, estanho, cobre, chumbo bário e ouro e onde está implementada a Rota das Minas - e o Canhão do rio Erges em Segura e Salvaterra do Extremo. Sendo um dos afluentes do Tejo, o rio Erges é o limite fronteiriço durante muitos quilómetros até desaguar no Tejo, na freguesia do Rosmaninhal.



Figura 3- Canhão do Erges (Segura) (Fonte: ICNF).

3.3 CLIMA E HIDROGRAFIA

No PNTI o clima é tipicamente mediterrânico, pluviestacional com acentuada aridez estival, sub-húmido a seco. Os Verões, sem chuva e quentes, alternam com uma estação fresca na qual se sucedem, desordenadamente, os dias de chuva e as abertas. Neste parque coexistem duas categorias bioclimáticas, segundo o modelo bioclimático do Prof. Louis Emberger, "mediterrânico temperado (sub-húmido)" e "mediterrânico semiárido". Importante local de nidificação de aves necrófagas e rupícolas.

O Parque é delimitado a sul pelo Rio Tejo para o qual confluem três linhas de água: o Rio Erges, o Rio Ponsul e a Ribeira do Aravil. De acordo com o Plano de Bacia da Região Hidrográfica do Tejo e ribeiras do Oeste (PGRH5A), o PNTI é abrangido por três sub-bacias: as sub-bacias correspondentes dois dos afluentes principais do Tejo no PNTI (Erges e Ponsul) e a sub-bacia do Rejo, que integra a totalidade do curso de água principal desde o Tejo superior até à foz e a Ribeira do Aravil. A Albufeira de Cedilho engloba a totalidade dos Rios Tejo e Ponsul que se encontram no interior do PNTI, bem como pequenos troços na foz do Erges e Aravil.

Quadro 2- Principais linhas de água e seus afluentes existentes no PNTI

Linha de água	Nascente	Concelho	Comprimento	Afluentes	Margem
Rio Ponsul	Serra do Ramiro	Idanha-a-Nova	79,8 km	Rib. da Farropinha Rib. de Monsanto Rib. Do Povo Rib. Vale da Baralha Rib. Vidigal	Esquerda
				Rib. de Alpreade Rib. do Barco Rib. do Cagavaio	Direita
Ribeira do Aravil	Serra da Murracha	Idanha-a-Nova	47,4 km	Rib. do Campo Rib. do Salgueiral Rib. do Gonçalves e Rib. ^a da Casta	Direita
Rio Erges	Serra da Gata	Espanha	60 km	Rio de la Veja Rib. ^a Trevejana	Esquerda
				Arroyo Sobreros Rio Porqueros Rio Bazágueda Rib. ^a de Arades	Direita

3.4 FAUNA

O PNTI é uma área de reconhecida importância em termos de conservação da natureza, nomeadamente pelos valores faunísticos que alberga e em que se destacam várias espécies estritamente protegidas por convenções internacionais, algumas das quais classificadas como espécies em perigo de extinção, outras com o estatuto de vulneráveis e outras ainda consideradas raras.

É muito importante do ponto de vista ornitológico, sendo a sua comunidade de aves principalmente as que nidificam nas margens escarpadas dos rios e nas áreas envolventes, a que apresenta maior riqueza específica e também a melhor estudada e conhecida relativamente às outras comunidades faunísticas.

Os dados existentes permitem fazer um inventário bastante completo, existindo também alguma informação sobre as abundâncias relativas e padrões de distribuição de muitas espécies. Até ao momento foram inventariadas 179 espécies de aves no PNTI. Estão ainda identificadas 39 espécies de mamíferos, 17 espécies de répteis, 13 espécies de anfíbios, 18 espécies de peixes, mais de 400 espécies de lepidópteros e 32 espécies de odonatas.

A avifauna assume um destaque particular com a ocorrência de espécies como a águia-imperial-ibérica, o abutre-preto, a cegonha-preta, o cortiçol-de-barriga-branca, o chasco-preto, o abutre do Egito, a águia de Bonelli, a águia-real, o grifo, o bufo-real, o peneireiro-das-torres, o abibe, o corvo-marinho-de-facesbrancas e o papa-figos.

É de referir que as aves rupícolas são especialmente vulneráveis em virtude de se encontrarem dependentes das áreas escarpadas para fazerem os seus ninhos. Estas aves (cegonha-preta, chasco-preto, abutre do Egito, grifo, águia de Bonelli e águia-real) nidificam atualmente nas zonas escarpadas dos rios Erges, Aravil, Tejo e, em menor número, no Ponsul.



Figura 4- Cegonha-preta (*Ciconia nigra*) (Fonte: ICNF).

No PNTI e na sua área envolvente encontram-se também áreas de bosque mediterrânico muito importantes, que constituem zonas de nidificação de espécies muito ameaçadas, como a águia-imperialibérica e o abutre-preto.

Nos cursos de água presentes no PNTI ocorrem populações de diversas espécies de peixes ameaçados e endémicos da Península Ibérica, nomeadamente alguns peixes com o estatuto de “raro”, como a boga-deboca- arqueada.

A comunidade herpetológica é muito extensa e representativa das regiões mediterrânicas. Para além de espécies muito comuns e amplamente distribuídas, conta com outras incluídas nos catálogos de espécies ameaçadas, tanto de Espanha como de Portugal, como são o caso do lagarto-d’água e do cágado-decarapaça- estriada.

3.5 FLORA E VEGETAÇÃO

A flora existente no PNTI é bastante rica e diversificada. São conhecidas 610 espécies pertencentes a 92 famílias, das quais 31 espécies são cultivadas (fruteiras, arvenses, florestais e ornamentais).

Em termos bioclimáticos o Parque Natural do Tejo Internacional inclui duas séries bioclimáticas: Série da azinheira (*Quercus rotundifolia*) e a Série do sobreiro (*Quercus suber*). São igualmente características as formações arbustivas correspondentes a estádios intermédios da sucessão vegetal: medronhais (*Arbutus unedo*), zambujais (*Olea europea var. sylvestris*), retamais, carrascais e estevais.

Adjacentes aos rios e ribeiros, encontram-se comunidades ripícolas. Junto ao leito do rio, em zonas de forte estiagem, são encontrados os tamujais (*Flueggea tinctoria*). Os salgueirais que constituem a primeira faixa de vegetação lenhosa em contacto com as águas correntes e os freixiais que surgem na faixa mais exterior relativamente ao curso de água.



Figura 5- Margens do Rio Aravil

A cobertura arbórea natural desta região é predominantemente constituída pela azinheira nas zonas médias e altas, bem como por freixo, salgueiros, tamujo e pelo amieiro nas zonas ripícolas. Dada a intervenção antrópica, estão também presentes manchas arbóreas geridas, como os olivais, os eucaliptais e pinhais, assim como montados de azinho e de sobreiro.

Na área do PNTI foram identificados diversos habitats naturais de interesse como urzais; medronhais; carrascais e matagais afins; piornais; pastagens de gramíneas e anuais (malhadais); comunidades vegetais em afloramentos rochosos; montados de azinho, bosques ribeirinhos (salgueirais e freixiais); tamujais e outros matos em leitos de cheia rochosos; azinhais.

3.6 GESTÃO CINEGÉTICA

O PNTI apresenta uma elevada riqueza do ponto de vista da caça, salientando-se a população de veado como uma das de maior densidade no nosso país. Além disso, ocorrem também populações de outras espécies cinegéticas de elevado valor venatório, tais como o javali, o gamo, a perdiz e o pombo-torcaz. A grande maioria do PNTI está inserido em regime cinegético ordenado (80% da área), tendo as zonas de caça turística uma ocupação de 50% da superfície do parque. O Tejo Internacional é conhecido como uma das áreas em Portugal de maior interesse para o exercício venatório, não só pela abundância das populações cinegéticas, mas também pelo território onde decorre a caça - selvagem, sossegado e de grandes horizontes. A caça é uma mais valia fundamental para a valorização socioeconómica da região., sendo reconhecidamente um fator decisivo para a dinâmica associada à restauração à hotelaria e ao comércio nas localidades da envolvente do parque.



Figura 6- Cervídeos no PNTI (Fonte ICNF)

A caça deve ser exercida com escrupuloso respeito pelas espécies de elevado valor conservacionista, sobretudo através da salvaguarda da tranquilidade na proximidade dos locais de reprodução e no período em que esta decorre, não se realizando atividades venatórias que possam perturbar e afastar as aves.

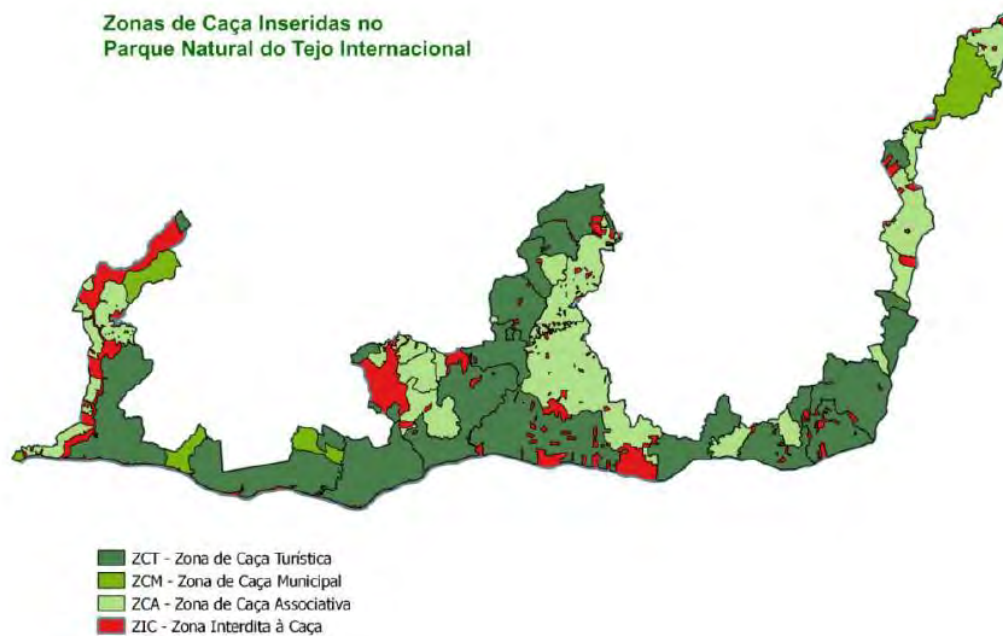


Figura 7- Zonas de caça inseridas no PNTI (Fonte: ICNF).

3.6 PATRIMÓNIO E CULTURA

O Tejo Internacional é um santuário da natureza localizado na Beira Baixa.

Nos aglomerados urbanos existem alguns imóveis de interesse público e conjuntos edificados correspondendo à tipologia característica desta região. A listagem que se apresenta corresponde ao património cultural de interesse público presente na envolvente próxima do PNTI que merecem destaque e valorização pela sua relação com o rio Tejo:

- Fortaleza de Segura (Segura);
- Ponte Romana de Segura (Segura);
- Igreja Matriz de Salvaterra do Extremo (Salvaterra de Extremo);
- Igreja da Misericórdia de Salvaterra do Extremo (Salvaterra de Extremo);
- Pelourinho de Rosmaninhal (Rosmaninhal);
- Pelourinho de Salvaterra do Extremo (Salvaterra do Extremo);
- Pelourinho de Segura (Segura);
- Estação Arqueológica da Foz de Enxarrique, estação de ar livre do Paleolítico Médio (Vila Velha de Ródão);
- Castelo de Ródão, também denominado Castelo do Rei Vamba, e Capela de Nossa Sra. do Castelo (Vila Velha de Ródão);
- Pelourinho de Vila Velha de Ródão (Vila Velha de Ródão)
- Monumento Natural Portas de Ródão (Vila Velha de Ródão).
- Muro do Romão (Perais)



Figura 8- Ponte Romana de Segura; Igreja Matriz de Salvaterra do Extremo e Pelourinho de Rosmaninhal

Os montes e arraias, as furdas ou malhadas e outras construções tradicionais, dispersas no exterior dos aglomerados, constituem dos sistemas agrários tradicionais. As azenhas e os moinhos de água, construídos no leito dos cursos de água, são, também, elementos frequentes, principalmente ao longo do curso do rio Erges. Uma das atividades tradicionais é a produção e extração de mel que, atualmente, se foi especializando e modernizando, sendo, sobretudo, uma forma complementar de rendimentos. A riqueza vegetal das espécies florais, como o rosmaninho e a urze, permitiu, desde há séculos, o desenvolvimento da apicultura.

Existem, no PNTI, muros apiários, também conhecidos por muros de abelhas. São estruturas produzidas pelas populações para defender as colmeias da ação de predadores, como o urso-pardo, hoje extinto em Portugal. Na área do PNTI existem diversos muros apiários, entre eles, os muros Marmeleiro, Silha e ribeira do Vale de Lobo.



A prática do contrabando foi uma componente da cultura de fronteira que ilustra as oportunidades que dela se podem extrair, assumindo-se num passado recente como um dos recursos basilares da economia de muitos habitantes de ambos os lados da raia. Importa atualmente, preservar a memória coletiva dessas épocas e valorizar esse património imaterial pela promoção de turismo de experiências que se apoie nos relatos, vivências e recuperação de práticas e saberes relativos ao contrabando.

A revivificação de rotas, acompanhada de narrativas alusivas a essas épocas, constitui um produto turístico com crescente procura neste espaço raiano do PNTI e na sua envolvente próxima. São exemplos de rotas e percursos:

- GR29 – Rota dos Veados, Rosmaninhal
- PR4 (IDN) – Rota das Minas, Segura
- PR1 (IDN) – Rota dos Abutres, Salvaterra do Extremo
- PR5 (VVR) – Caminho da Telhada, Perais
- PR6 (VVR) – Percorso de Geologia e Arqueologia Urbana, Vila Velha de Ródão

Na área de influência do PNTI, na freguesia de Perais, Vila Velha de Ródão, existe um Núcleo Museológico dedicado ao tema do contrabando, com sede na Junta de Freguesia de Perais e aborda a importância que o contrabando teve no relacionamento entre as comunidades portuguesa e espanhola, em termos económicos, sociais e culturais.

São ainda pontos de interesse de visita o Centro de Interpretação Ambiental de Castelo Branco, o Centro de Interpretação de Arte Rupestre do Vale do Tejo em Vila Velha de Ródão, o Centro de Interpretação da Biodiversidade em Idanha-a-Nova.

O PNTI, com baixa ocupação humana, é uma área de excelência para observação de aves, em especial para as grandes aves planadoras. Visitar o Tejo Internacional é uma experiência singular que merece ser vivida por todos os observadores de aves. Para a observação de aves podemos encontrar o Observatório de Avifauna do Alares no Rosmaninhal e o Observatório da Caseta em Salvaterra do Extremo.

País sob forte influência de clima mediterrânico, em Portugal a oliveira marca a paisagem desde tempos imemoriais. O olival tem também uma presença significativa na área do PNTI e na sua envolvente próxima – é um símbolo maior da ruralidade ancestral que se vai ajustando aos novos desafios, não raramente associada ao montado, uma marca indelével das paisagens deste território e um símbolo maior de resiliência. Existem, nesta zona, vários lagares que se mantêm em atividade, com produções de elevado nível de qualidade e que devem constituir também, locais a visitar.

No território do PNTI podemos ainda encontrar uma série de miradouros para contemplação da beleza do território entre os quais:

- Miradouro de Perais; (Perais)
- Miradouro da Atalaia; (Perais)
- Miradouro da Ribeira do Aravil; (Monforte da Beira)
- Miradouro da Sra. Das Neves; (Malpica do Tejo)
- Miradouro da Fortaleza de Segura; (Segura)
- Miradouro do Canhão do Erges; (Salvaterra do Extremo)
- Miradouro de Salvaterra do Extremo; (Salvaterra do Extremo)
- Miradouro do Cabeço Alto; (Rosmaninhal)

3.7 DEMOGRAFIA NO TERRITÓRIO

A área inserida no PNTI, situado na região da Beira Interior Sul, e muito à imagem de toda a zona raiana, possui uma baixa densidade populacional e tem vindo a decrescer ao longo dos últimos 40 anos, conforme se visualiza na tabela 1 e gráfico 1.

Concelho	1981	1991	2001	2011	2021
Castelo Branco	54.908	54.310	55.708	56.109	52.272
Idanha-a-Nova	16.101	13.630	11.659	9.716	8.340
Vila Velha de Ródão	5.605	4.960	4.098	3.521	3.287
Total	76.614	72.900	71.465	69.346	63.899

Tabela 1- Evolução da população residente na área de abrangência do PNTI (Fonte: INE)

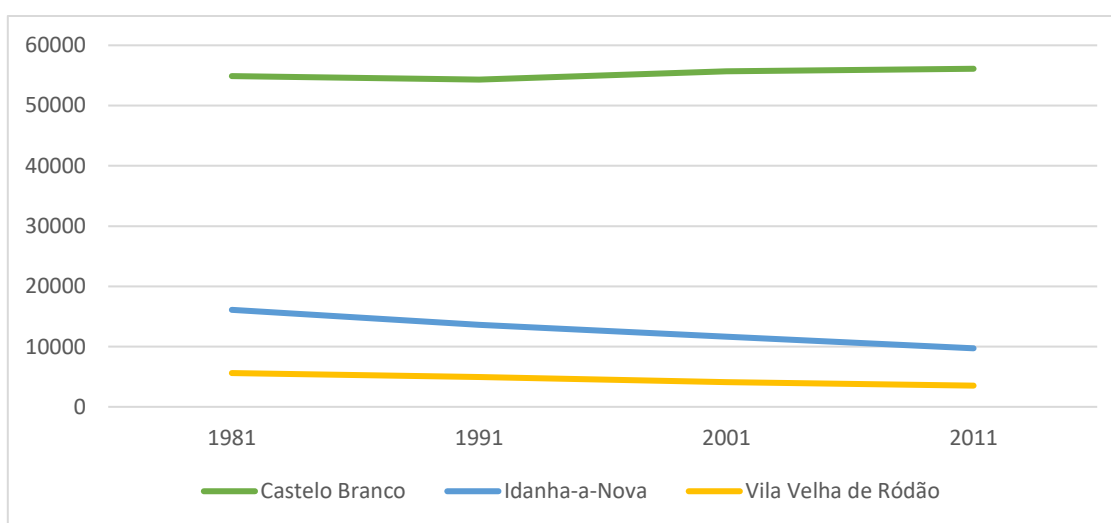


Gráfico 1- Evolução da população residente nos três concelhos pertencentes ao PNTI

De acordo com os últimos Censos de 2021, a densidade populacional nos concelhos inseridos no PNTI é de 36 habitantes/km² em Castelo Branco, 6 habitantes/km² em Idanha-a-Nova e 10 habitantes/km² em Vila Velha de Ródão, como se pode verificar na tabela 2.

Concelho	Habitantes/ km ²	Freguesia	População em 2011	População em 2021
Castelo Branco	36	Castelo Branco	35.242 hab.	31.369 hab.
		Malpica do Tejo	517 hab.	382 hab.
		Monforte da Beira	378 hab.	297 hab.
Idanha-a-Nova	6	Rosmaninhal	537 hab.	460 hab.
		Salvaterra do Extremo	170 hab.	Aguarda conf da JF.
		Segura	176 hab.	150 hab.
Vila Velha de Ródão	10	Perais	510 hab.	388 hab.
TOTAL			38.556 hab.	hab.

Tabela 2- População residente nos concelhos pertencentes ao PNTI (Fonte: Censos 2011 e 2021, INE)

De referir que, com o abandono da terra ou a transformação do uso do solo, aliados à atual situação da agricultura, são também os valores faunísticos e florísticos existentes que são ameaçados.

Dada a natureza e importância desses valores e com o objetivo de os salvaguardar, em estreita cooperação com as populações residentes, no respeito pela propriedade privada, apoiando a agricultura e as atividades agro-pastoris tradicionais, colaborando no ordenamento cinegético e promovendo o desenvolvimento sustentado da região, justificou-se a criação do PNTI.

As circunstâncias demográficas existentes, associadas às atividades que a população residente ainda exerce, nomeadamente os sistemas agrícolas e agro-silvo-pastoris, em regimes de sequeiro extensivo, têm permitido a manutenção destes valores naturais.

3.7 USO DO SOLO

Da análise da Carta de Uso do Solo de 2018, é possível verificar que esta área protegida é dominada pelas áreas florestais, que representam mais de 50% da área do PNTI, onde a azinheira, seguida do eucalipto, são as espécies dominantes. Adicionalmente, os matos, as áreas de pastagem e os sistemas agroflorestais, com domínio da azinheira, têm uma representatividade significativa naquele território. Em termos de culturas agrícolas, o olival regista também alguma expressão (cerca de 3%).

A área urbana tem uma expressão muito residual na área classificada do PNTI, representando cerca de 0,053%.

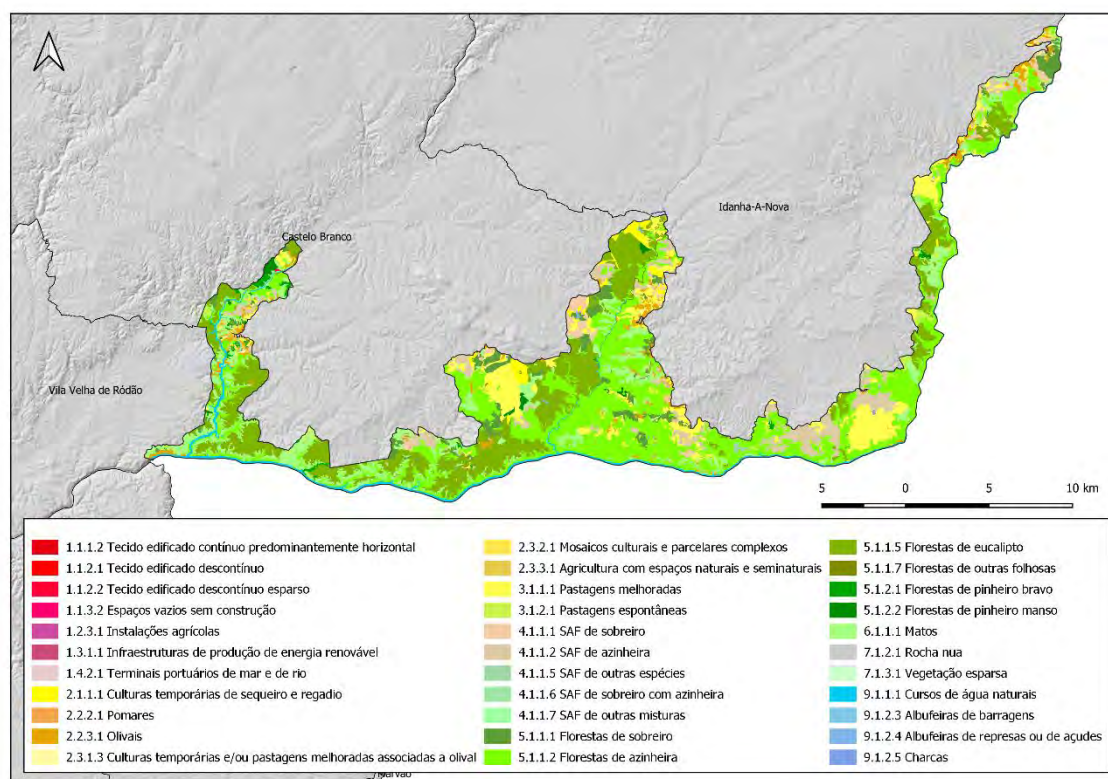


Figura 9- Uso do solo no PNTI – COS 2018



COS 2018 - Classe	Área (ha)
1.1.1.2 Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal	2,75
1.1.2.1 Tecido edificado descontínuo	0,23
1.1.2.2 Tecido edificado descontínuo esperso	5,51
1.1.3.2 Espaços vazios sem construção	0,32
1.2.3.1 Instalações agrícolas	3,76
1.3.1.1 Infraestruturas de produção de energia renovável	0,34
1.4.2.1 Terminais portuários de mar e de rio	1,03
2.1.1.1 Culturas temporárias de sequeiro e regadio	459,49
2.2.2.1 Pomares	2,59
2.2.3.1 Olivais	786,56
2.3.1.3 Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	43,86
2.3.2.1 Mosaicos culturais e parcelares complexos	19,84
2.3.3.1 Agricultura com espaços naturais e seminaturais	39,97
3.1.1.1 Pastagens melhoradas	2690,35
3.1.2.1 Pastagens espontâneas	279,03
4.1.1.1 SAF de sobreiro	467,09
4.1.1.2 SAF de azinheira	1874,33
4.1.1.5 SAF de outras espécies	30,63
4.1.1.6 SAF de sobreiro com azinheira	21,3
4.1.1.7 SAF de outras misturas	14,12
5.1.1.1 Florestas de sobreiro	1140,81
5.1.1.2 Florestas de azinheira	8635,46
5.1.1.5 Florestas de eucalipto	5806,23
5.1.1.7 Florestas de outras folhosas	46,35
5.1.2.1 Florestas de pinheiro bravo	189,36
5.1.2.2 Florestas de pinheiro manso	147,74
6.1.1.1 Matos	3020,93
7.1.2.1 Rocha nua	2,72
7.1.3.1 Vegetação esparsa	1,52
9.1.1.1 Cursos de água naturais	709,26
9.1.2.3 Albufeiras de barragens	8,11
9.1.2.4 Albufeiras de represas ou de açudes	11,67
9.1.2.5 Charcas	14,65

Tabela 3- Uso do solo no PNTI – COS 2018

4. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO

O PNTI foi alvo de um diagnóstico estratégico, por via de um processo participativo através de sessões participativas com os principais atores locais e outros interessados e inquéritos realizados aos visitantes. Os atores-chave auscultados vão desde presidentes de câmara e juntas de freguesia, empresários, dirigentes associativos, proprietários, entre outros.

O diagnóstico prospetivo da área protegida, é imprescindível para clarificar e caracterizar as áreas-chave de intervenção no Parque Natural do Tejo Internacional. Para tal, realizou-se uma análise SWOT, identificando as suas forças e fraquezas, decorrentes de fatores internos ao próprio PNTI, e as oportunidades e as ameaças que constituem antecipações do futuro e estão



relacionadas com fatores externos, que permitem a identificação de aspetos que podem constituir constrangimentos (as ameaças), bem como outros que podem ser alavancas (as oportunidades) para alcançar os objetivos delineados para o futuro do PNTI e cujos resultados se apresentam a seguir (Quadro 3).

Quadro 3- Análise SWOT do PNTI

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> •Vários Estatutos de proteção: Parque Natural (Rede Nacional de Áreas Protegidas), Zona de Proteção Especial Tejo Internacional, Erges, Ponsul (PTZPE0042), Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tejo/Tajo Internacional (Unesco), Parque Internacional Tejo/Tajo e Geopark Naturtejo da Meseta Meridional (Unesco). •Património geológico, arqueológico, histórico, cultural e tradicional de relevante interesse nacional e internacional. •Material de promoção do PNTI atualizado. •Rede de Rotas e percursos pedestres com elevado potencial de valorização do território. •Elevadas condições para a prática da atividade Cinegética. •Excelentes condições para a observação de aves. •Centralidade face à proximidade com Espanha. • Ausência de poluição luminosa na AP o que pode potenciar a prática de Darksky. •Existência do Centro de Interpretação Ambiental em Castelo Branco, o Centro de Interpretação de Arte Rupestre do Vale do Tejo em Vila Velha de Ródão e o Centro de Interpretação da Biodiversidade em Segura, Idanha-a-Nova. •Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), aprovadas dentro do PNTI, com entidades gestoras certificadas. •Infraestruturas e pontos de interesse que possibilitam receber os turistas e eventos ligados à conservação da natureza e Biodiversidade. •Extensa área privada dentro do PNTI com gestão ativa. •Elevadas condições para o desenvolvimento e prática de atividades na natureza. •Reduzida pressão turística. •Áreas com certificação florestal FSC e PEFC 	<ul style="list-style-type: none"> •Falta de conhecimento sobre o estado de conservação dos cursos e massas de água superficiais, aquíferos e ecossistemas associados às zonas húmidas da área do PNTI. •Falta de articulação entre as diferentes entidades. •Falha na estratégia de comunicação e promoção do PNTI. •Necessidade de recuperação de sinalética com falta de manutenção. •Limitações nas vias de acesso a infraestruturas e pontos de interesse. •Dificuldade no estabelecimento de proximidade com a entidade que tutela. •Frac rede de transportes públicos. •Reduzida oferta de produtos turísticos que operem em rede. • Informação científica e estudos de monitorização, não disponíveis. • Aumento das explorações intensivas na região. • Abandono de práticas agrícolas tradicionais. •Inexistência de sistemas de contabilização dos visitantes do PNTI. •Falha na estratégia de comunicação e divulgação do PNTI. •Insuficiência de serviços de restauração e comércio. •Navegação fluvial não autorizada. •Frac atividade de vigilância e fiscalização. •Turismo em massa, no futuro, que poderá ameaçar a preservação dos recursos naturais. •Alterações climáticas.



Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> •Aumento da procura turística em Portugal. •Aumento da procura da valorização dos produtos endógenos. •Tendência crescente da procura de Turismo de natureza com boas condições de visitação, formação adequada dos recursos humanos e roteiros temáticos diferenciados. •Potencial procura de visitação de áreas de interesse arqueológico e geológico em harmonia com os valores naturais. •Extensa área privada que permite controlar o turismo em massa. • Existência da marca "Natural.pt" que certifica e divulga produtos e serviços da AP. •Existência das marcas territoriais Terras de Oiro, Terras de Excelência e da promoção de produtos endógenos. •Criação de produtos turísticos diferenciados para a prática de Birdwatching e Darksky. •Certificação de produtos locais. •Promoção e remuneração de serviços dos ecossistemas. • Áreas com potencial para o mercado voluntário de carbono •Proximidade com Espanha. •Elevado potencial para o Turismo ornitológico, astronómico, desportos da natureza não motorizados, agroturismo, património histórico e a cultura popular e tradicional. •Exploração cinegética. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de sentido de pertença da população residente em relação ao PNTI. •Despovoamento do território. •Aumento desregulado do número de apiários que não seguem a regulamentação nacional. •Proliferação de espécies invasoras. •Frac diversidade na oferta de emprego. •Escassez dos recursos hídrico. •Uso ilegal de venenos e abate a tiro de espécimes.

4.1 FATORES CRÍTICOS

No cerne da criação do PNTI esteve subjacente a necessidade de conservar e valorizar o património natural existente, apoiar as atividades humanas tradicionais, potenciando o seu desenvolvimento económico, valorizar e salvaguardar o património arquitetónico, arqueológico e etnológico da região e ordenar e disciplinar as atividades turísticas e recreativas, nomeadamente as atividades cinegéticas e a pesca na área do Tejo Internacional.

Desde a sua génese, que se verificam falhas a nível da comunicação entre a população e as diferentes entidades. Também se considera como aspeto ainda por melhorar a conclusão e substituição de sinalética, referente ao PNTI, não obstante os investimentos recentes havidos neste âmbito, que, no entanto, não foram executados em todo o território desta área protegida.

O território do PNTI conheceu diferentes transformações, desde meados do século XX, primeiro com as alterações do uso do solo pelas atividades agro-silvo-pastoris, depois com a construção



de uma importante infraestrutura hidroelétrica e, por fim, com o progressivo abandono da terra e a crescente importância da exploração cinegética, especialmente de caça maior.

A construção de edificações dispersas e de outras infraestruturas – caminhos, aceiros e redes de distribuição de energia elétrica, as atividades turísticas não ordenadas e a navegação fluvial não autorizada, nos troços dos rios Tejo, Ponsul, Aravil e Erges, particularmente em época de nidificação (período crítico sob o ponto de vista de conservação da avifauna rara ou ameaçada que aí se reproduz), constituem também fatores de perturbação significativos.

Atualmente, verifica-se que o abandono de práticas agrícolas tradicionais contribui para a degradação dos habitats seminaturais e que a gestão deficiente de algumas zonas de caça promove a delapidação de espécies cinegéticas e de espécies protegidas quer seja pela prática incorreta desta atividade, quer seja pelo uso ilegal de venenos ou pelo abate a tiro de espécimes.

4.2 O QUE SE PRETENDE MUDAR?

A instituição do Plano de Ordenamento do PNTI, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2008, de 24 de novembro, e alterado pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 67/2013, de 28 de outubro, e n.º 19/2014, de 10 de março, permitiu a regulamentação de usos e de atividades, contribuindo para o adequado ordenamento e gestão do território.

No entanto, constata-se a necessidade da adoção de ações de gestão no terreno dirigidas à manutenção e à recuperação do património natural e cultural do PNTI, incidindo, sobretudo, na melhoria da eficácia dos mecanismos de controlo de gestão, de vigilância e de fiscalização.

Deste modo, considera-se essencial intensificar as ações de vigilância e de fiscalização, com incidência terrestre e fluvial dentro da área do PNTI, e garantir uma maior articulação entre as diversas entidades fiscalizadoras, quer nacionais, quer espanholas.

É urgente voltar a tornar disponível alimento para as aves necrófagas, pondo em prática os Regulamentos comunitários em vigor nesta matéria.

Embora esta comissão de cogestão atribua relevância as ações atrás mencionadas, também reconhece que as mesmas se encontram fora de âmbito da sua competência.

Reconhece-se que é fundamental fomentar a interação com as populações residentes no PNTI e com os proprietários, para fortalecer a sua identificação com o Parque Natural. Por outro lado, é fundamental dar continuidade ao investimento feito anteriormente, relativamente à divulgação da imagem do PNTI, bem como dos materiais produzidos no projeto piloto, para a divulgação dos valores naturais, patrimoniais e culturais desta área protegida e do território onde esta se insere.

Considera-se igualmente essencial dar continuidade ao trabalho de reforço da sinalética, iniciado no projeto piloto, sobretudo nos locais de maior sensibilidade, para limitação à navegação nos troços com a presença de espécies ameaçadas. É igualmente necessário a colocação de infraestruturas e de sinalética informativa, com referência aos locais de interesse do PNTI, estabelecendo portas de entrada no PNTI, que direcionem a visitação para locais específicos e limitem a perturbação das espécies de fauna e locais de interesse arqueológico mais sensíveis.

Verifica-se também a necessidade da recuperação da vegetação autóctone e a realização de ações concretas de conservação dos valores naturais, direcionadas para as espécies como a águia-imperial-ibérica, o abutre-preto, a cegonha-preta, o cortiçol-de-barriga-branca, o abutre do Egito, entre outras.



É essencial, também, assegurar a manutenção das práticas agro-silvo-pastoris tradicionais de carácter extensivo, mesmo que incorporando inovação e criatividade, e garantir uma correta gestão cinegética neste território, visando uma exploração equilibrada das espécies cinegéticas, como o coelho-bravo (*Oryctolagus Cuniculus*), a perdiz (*Rhynchotus rufescens*), o veado (*Cervus elaphus*) e o javali (*Sus scrofa*), essenciais à manutenção em estado de conservação favorável de muitas espécies ameaçadas.

4.3. MUDANÇAS PARA O TERRITÓRIO DO PNTI

No âmbito específico da cogestão da área protegida, e tendo como objetivos principais a promoção, comunicação e sensibilização, importa:

- fomentar a interação com as populações residentes nas áreas envolventes do PNTI, os proprietários e os seus principais atores chave, para fortalecer a sua identificação com este território, por via da sua integração em várias atividades, tais como: ações de formação, sessões temáticas, eventos e programas de investimentos, fortificando assim, uma ação colaborativa entre todos;
- incentivar o desenvolvimento de atividades no território, bem como além-fronteiras, que sejam compatíveis e promovam a valorização do património natural, cultural e histórico do PNTI, nomeadamente a observação de aves, passeios pedestres e navegáveis, ações de sensibilização, entre outras, interagindo e valorizando os proprietários;
- valorizar os produtos endógenos com impacto relevante para o PNTI, de modo a potenciar o desenvolvimento económico da região;
- promover as marcas territoriais existentes no território do PNTI: “Terras de Excelência”, “Terras d’Oiro” e “Natural.pt”;
- disseminar materiais de divulgação dos valores naturais, históricos e culturais desta área protegida, aumentando assim o conhecimento do PNTI, bem como apoiar atividades de educação e sensibilização ambiental;
- valorizar os pontos de atração do PNTI, com infraestruturas de apoio à visita adequados, melhorando, assim, as condições de visita, sem comprometer os valores naturais presentes, que contribuíram para a sua classificação como área protegida;
- obter dados mais rigorosos do fluxo de visitantes no PNTI que permitam “construir” o seu perfil em termos das suas preferências e hábitos.

4.4 ESTRATÉGIA, EIXOS E ÁREAS-CHAVE DE INTERVENÇÃO

A estratégia baseia-se na valorização e na promoção do território, sensibilização das populações locais e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores, através de um desenvolvimento sustentável do território do PNTI, que se fundamenta na utilização racional e na valorização dos recursos existentes, (nomeadamente através da preservação do património natural, cultural e histórico), na valorização dos produtos locais, na promoção do turismo sustentável e na estimulação da manutenção e inovação das práticas ligadas à agricultura, à pastorícia, à floresta e a outras atividades económicas, reforçando as competências locais e a capacidade de empreender e inovar.

Não obstante o identificado nos capítulos anteriores (fatores críticos e fatores que se pretendem mudar), considerou-se que, estando a ser elaborado um plano de cogestão para o PNTI, seria fundamental saber como se posiciona o PNTI estrategicamente.

Assim, a posição estratégica do PNTI passa pela interpretação da matriz SWOT, e que consiste numa análise do cenário, que traça, de um modo simples, a realidade existente no território.



Tratando-se de um diagnóstico sobre esta área, esta análise constitui um passo importante para a formulação estratégica, que se pretende concretizar com o plano de cogestão do PNTI 2023 – 2025 e com cuja implementação se pretende alavancar a mudança necessária para este território.

Sendo as forças e as fraquezas identificadas nesta matriz, decorrentes de fatores internos, mas também externos à própria área protegida, será fundamental que nas opções futuras para a sua gestão seja potenciado o que possui de positivo e que sejam mitigados os pontos fracos sinalizados.

Já as oportunidades e as ameaças identificadas constituem antecipações do futuro e estão relacionadas com fatores externos, que permitem a identificação de aspetos que podem constituir constrangimentos (as ameaças) à implementação de determinadas estratégias definidas, bem como outros que podem ser alavancas (as oportunidades) para alcançar os objetivos delineados para o futuro do PNTI.

A estratégia consensualizada para o território foi desenvolvida com base em diferentes compromissos e eixos estratégicos, de diferentes áreas-chave como a informação, promoção e comunicação, a educação ambiental e desenvolvimento sustentável, governança participativa, a valorização de estruturas existentes e a conservação e proteção dos valores naturais da Área Protegida.

5. AUSCULTAÇÃO E ENVOLVIMENTO DE ATORES-CHAVE

Sendo um dos princípios orientadores da cogestão do PNTI o de trabalhar com as populações, empresas e entidades relacionadas com esta área protegida, procedeu-se à aplicação de três inquéritos, durante os meses de fevereiro e março de 2023 a visitantes e entidades consideradas interessadas e relacionadas com o PNTI: as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia; proprietários, associações ligadas à atividade florestal, agrícola e cinegética; operadores turísticos e unidades de turismo e alojamento local; outras entidades com relevância para o território do PNTI.

Os atores chave foram auscultados e envolvidos por via de 3 inquérito on-line e em formato impresso, e 9 reuniões participativas, todas por via presencial.

O inquérito “Levantamento de opinião das Entidades Locais”, para auscultação de opinião foi enviado aos Stakeholders identificados por via de email e obteve 31 respostas. Quanto ao inquérito de opinião para os visitantes – antes da visita ao PNTI, com o objetivo de recolher informações sobre o visitante; a preparação e a realização da visita, foi disponibilizado nos postos de turismo durante os meses de abril e maio de 2023 e obteve 18 respostas, assim como o um inquérito de opinião para os visitantes – depois da visita ao PNTI, com o objetivo de recolher informações sobre o visitante; a sua satisfação, identificação de alterações no PNTI e perspectiva de repetição da visita, que obteve 17 respostas.

Quanto às reuniões participativas, para a elaboração do plano de cogestão do PNTI, estas decorreram nos meses de abril e maio de 2023, nas freguesias com território no PNTI, (Perais, Cegonhas, Soalheiras, Rosmaninhal, Segura, Salvaterra do Extremo Malpica do Tejo, Lentiscais, Monforte da Beira e Malpica do Tejo). Estas reuniões contaram com a presença de 173 participantes e foi fundamental o envolvimento dos presidentes de junta. As reuniões tiveram como objetivo dar a conhecer o modelo de Cogestão do Parque Natural do Tejo Internacional,

auscultar a população sobre os principais constrangimentos relativos ao PNTI e ações que gostariam de ver desenvolvidas na área protegida.



Figura 10 - Sessões participativas, Perais, Cegonhas e Segura

5.1 AUSCULTAÇÃO DOS ATORES CHAVE

Relativamente à auscultação dos atores locais afigura-se relevante referir o seguinte: os respondentes foram essencialmente proprietários, representantes de Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, e algumas entidades associadas a unidades de alojamento, turismo e cinegética. Estes demonstraram ter um conhecimento razoável do território do PNTI, bem como das vantagens potenciais que a área protegida representa para a região, tendo identificado diversas formas de atividades decorrentes do aproveitamento dos valores do Parque, às quais associaram a proposta de ações de intervenção que preconizam e eventualmente estarão dispostas a colaborar.

- Promover a sensibilização e educação ambiental;
- Potenciar do Turismo Cinegético e de Natureza;
- Implementar um serviço de guias;
- Inclusão do património humano (vestígios arqueológicos, paisagem, arquitetura popular) nos planos de gestão e nas ações de desenvolvimento desenvolvidas e a desenvolver;
- Desenvolver estruturas de visitação pouco invasivas do ponto de vista da paisagem como os miradouros, os percursos pedestres, os abrigos para a observa o de fauna;
- Melhorar a sinalética e informa o aos visitantes;
- Mudar a lei que não permite o aumento das constru es existentes em mais de 20%;
- Promo o e divulga o do PNTI e dos seus valores naturais e produtos endógenos;
- Elabora o de pacotes turísticos com os Agentes Locais; forma o de guias do território
- Gerar parcerias efetivas com as Juntas de Freguesia; e aumentar a proximidade com as popula es e proprietários rurais, promover sessões de esclarecimento/acompanhamento sobre o regulamento do PNTI;

Foram ainda manifestados interesses e disponibilidades para colaborar com a entidade gestora do PNTI, principalmente nas questões relacionadas com a atividade   cinegética e com a navega o de embarca es sem motor para passeios turísticos, bem como estabelecer parcerias e protocolos de colabora o, demonstrando já um satisfatório conhecimento e acompanhamento do processo de cogestão, o qual se deve essencialmente ao fato de na região



ter ocorrido recentemente o “Projeto de Cogestão de Gestão Colaborativa do PNTI (projeto piloto no âmbito da cogestão de áreas protegidas).

5.2 AUSCULTAÇÃO DOS VISITANTES DO PNTI

Relativamente à auscultação dos visitantes do PNTI afigura-se relevante referir o seguinte: os indivíduos que visitaram o parque durante o período o em que decorreu o inquérito foram indivíduos com formação acima da média e da região, o que indicia que será imprescindível trabalhar-se no sentido de aumentar a atratividade e divulgação do parque para outros públicos e de origens territoriais mais diversas inclusive do estrangeiro. Os elementos de atratividade principais, e como tal a explorar, foram o pedestrianismo e a fotografia de aves e natureza. Igualmente se identificou o fraco recurso a unidade hoteleiras, e um período de estadia muito curto (1 a 2 dias), donde se deduz a pertinência de que estas sejam desafios e participar no processo de divulgação e atração do parque junto de potenciais regiões, países fornecedores de turistas.

Relativamente ao grau de satisfação, apurado junto dos indivíduos após a visita, no que diz respeito às expectativas da visita ao PNTI podemos constatar que em relação á sinalética a maioria dos inquiridos se encontra satisfeito, bem como com o contacto com a população, as infraestruturas de apoio ao visitante, e os níveis de limpeza dos espaços naturais e acolhimento em geral. Por outro lado, os visitantes mostraram-se totalmente satisfeitos com a riqueza em fauna, flora, estética da paisagem e o nível de poluição sonora. Em contraste, encontram-se nada satisfeitos ou moderadamente satisfeitos com o acesso a materiais de apoio informativos, contato com organismos públicos e privados, oferta de restauração e produtos locais nas localidades próximas.

Os respondentes foram quase unânimes a manifestar manter a expectativa de revistar o PNTI bem como assumir que irão recomendará a sua visita junto de amigos e familiares, essencialmente decorrente do facto de reconhecem os valores naturais do parque e de perceberem a necessidade de promover o aumento da fruição dos mesmos por outros públicos.

Realçaram algumas linhas de intervenção que consideram pertinentes relativamente ao desenvolvimento da AP: selecionar e controlar a pressão turística, permitir mais acessos próximos do rio Tejo; a criação de um Posto de Turismo, estabelecimento de projetos de sinergias participativas com residentes e habitantes; melhor e mais comunicação/divulgação.

Algumas das sugestões atrás apresentadas, foram, de alguma forma, validadas/reafirmadas pelos participantes, cidadãos residentes em freguesias que integram o parque, nas sessões participativas que foram realizadas com o objetivo de divulgar modelo de cogestão e de recolher a sensibilidade das mesmas face à AP e à atuação futura da comissão de cogestão. Estas decorreram nas freguesias de Malpica do Tejo (Castelo Branco), de Segura (Idanha-a-Nova) e de Perais (Vila Velha de Ródão).

À parte de aspetos de natureza normativa, relativamente aos quais manifestam algum desconhecimento e discordância em determinados pontos, foi essencialmente realçada a necessidade de aumentar a proximidade entre a tutela, a comissão de cogestão e as pessoas, aumentar a frequência das ações.

A informação recolhida através dos processos atrás descritos, foram discutidas em sede da estrutura de acompanhamento da comissão de cogestão do PNTI e, posteriormente, integradas



na análise SWOT bem como nas peças estratégicas que compõe o presente documento estratégico.

6. CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública da proposta de plano de cogestão é divulgada através de aviso a publicitar a mesma, com a antecedência mínima de 5 dias, por edital municipal e nos sítios na Internet das entidades representadas na comissão de cogestão, por um período não inferior a 20 dias (artigo 15.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto).

É competente para a promoção da publicação do edital municipal referido, ao abrigo do Regime Jurídico das Autarquias Locais (artigo 35.º, n.º 1, al. t) e artigo 56.º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), o Presidente da Câmara Municipal de cada município representado na comissão de cogestão da área protegida.

Durante o período de consulta pública da proposta de plano de cogestão, a comissão de cogestão da área protegida promove a criação de canais de contacto direto para uso do público em geral, preferencialmente por via eletrónica (artigo 15.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto).

A informação relativa à consulta pública da proposta de plano de cogestão será feita através dos meios mais adequados a garantir o conhecimento a todo o tempo pelo público em geral, nomeadamente através dos sítios na Internet das entidades públicas representadas na comissão de cogestão da área protegida (artigo 17.º, n.º 2 do Decreto Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto). Na fase inicial do período de consulta pública da proposta de plano de cogestão, a comissão de cogestão da área protegida promove a realização de sessões participativas com o intuito de divulgar este documento e fomentar a participação pública e o envolvimento de todos os interessados (artigo 15.º, n.º 1, al. d) do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto).

O Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto, prevê a definição de um conjunto mínimo obrigatório de indicadores de realização comuns para as áreas protegidas, indicadores estes que devem ser integrados nos planos de cogestão, embora cada comissão de cogestão deva adotar medidas específicas para cada território. Tendo por base a Portaria nº 67/2021 de 17 de março foram considerados os indicadores mínimos para as diferentes áreas protegidas, alinhados com os projetos e ações preferenciais elencados no nº 3 do artigo 12º do referido decreto-lei.

6.1 CONSULTA PÚBLICA DO PLANO DE COGESTÃO

A Consulta Pública da proposta de plano de cogestão do PNTI 2024-2026 será acompanhada por uma nota enquadradora, disponibilizados nos *websites* dos municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão, ICNF, I.P., AEBB, IPCB, AFLOBEI, Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente e da Quercus. Estando igualmente presente, em formato papel, nas Juntas de Freguesia (JF) e Uniões de Freguesia (UF) da área de influência do PNTI: JF Castelo Branco, JF Malpica do Tejo, JF Monforte da Beira, UF Monfortinho e Salvaterra do Extremo, JF Rosmaninhal e UF Zebreira e Segura, JF Perais, onde poderá ser consultada durante o horário de expediente das respetivas instituições.



7. PROGRAMA DE MEDIDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

Com base na auscultação realizada, da qual se destaca os contributos dos vários atores presentes nas reuniões participativas, e em linha com os objetivos e eixos estratégicos, foram identificadas medidas a implementar, agrupando um conjunto de objetivos específicos a atingir e consequentemente um conjunto de ações a realizar, para valorizar e promover o PNTI, sensibilizar as populações e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores desta área protegida.

De seguida (Quadro 4), apresenta-se para cada eixo, as medidas de execução correspondentes.

Quadro 4- Eixos estratégicos e medidas do plano de cogestão do PNTI

Eixos	Medidas
Eixo 1: Informação e comunicação	1.1. Comunicação e promoção da identidade do PNTI;
	1.2. Criação de canais de comunicação para os atores-chave e população local do PNTI;
Eixo 2: Valorização e promoção das condições de visitaç�o	2.1. Melhoria das condi�oes de visita�o do PNTI;
Eixo 3: Educa�o e investiga�o	3.1. Aprofundar o conhecimento cient�fico do PNTI e dos fatores de amea�a;
	3.2. Dinamizar e promover a educa�o ambiental sobre o PNTI;
Eixo 4: Sensibiliza�o, capacita�o e envolvimento dos atores-chave	4.1. Promover a compatibiliza�o das atividades econ�micas com os valores do PNTI;
	4.2. Sensibilizar e promover a capacita�o para o cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustent�vel do PNTI (Ambiental, Social e Econ�mico);
Eixo 5: Governan�a participativa	5.1. Modelos de governan�a participativa no PNTI;
	5.2. Diagn�sticos prospetivos de oportunidades no territ�rio PNTI;
	5.3. Monitoriza�o das interven�oes decorrentes do plano de cogest�o do PNTI;

A partir de cada medida identificada, determinaram-se as a oes que vão integrar o de plano de cogestão do PNTI. De referir, que existem a oes definidas para as áreas envolventes, sempre dentro dos limites administrativos dos três municípios que integram esta área protegida. A programaa o temporal das medidas a realizar   para um período de 2024-2026.

A grande maioria das a oes propostas prevê uma execu o assente em parcerias, principalmente das entidades integrantes da comissão de cogestão do PNTI, mas também de outros parceiros relevantes para a respetiva implementa o.

A comissão de cogestão, priorizou as medidas e as a oes propostas, de 1 a 2 (1 - alta, 2 - média), que podem ser revistas após a consulta pública da proposta de plano de cogestão do PNTI.

De seguida, apresentam-se as tabelas das medidas e a oes por eixo estratégico e um quadro com o valor total de investimento por eixo prioritário.

Quadro 5- Medidas e ações do Eixo 1: Informação e comunicação

Eixos	Medidas	Ações Específicas	Prioridade	Período de Execução	Coordenadores	Parceiros	Estimativa de Custo	Potencial Financiador
Eixo 1: Informação e comunicação	1.1. Comunicação e promoção da identidade do PNTI;	1.1.1. Elaborar um plano estratégico de marketing territorial;	1	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF	IPCB	75 000 €	Fundo Ambiental
		1.1.2. Reeditar e rever materiais promocionais e informativos sobre o PNTI;	1	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF	IPCB	30 000 €	Fundo Ambiental
		1.1.3. Promover os produtos endógenos e atrair novos aderentes para as marcas territoriais existentes no território do PNTI: “Terras de Excelência”, “Terras d’Oiro” e “Natural.pt”;	1	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF	IPCB AEBB	20 000 €	Fundo Ambiental
		1.1.4. Organizar um Fórum dedicado à cogestão de áreas protegidas;	2	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF	IPCB AEBB AFLOBEI	21 000 €	Fundo Ambiental
		1.1.5. Participar em feiras transfronteiriças que alavanquem a visitação ao PNTI;	2	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF	MUNICIPIOS IPCB AEBB	15 000 €	Fundo Ambiental POCTEP
	1.2. Criação de canais de comunicação para os atores-chave e população local do PNTI;	1.2.1. Realizar sessões públicas regulares para esclarecer dúvidas, partilhar informação e criar condições de resolução para dúvidas existentes em cada uma das freguesias relativamente ao território do PNTI;	1	2024 - 2026	CCM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF	AFLOBEI QUERCUS	20 000 €	CMCB CM Idanha CM VV Ródão
		1.2.2. Envolver a comunidade e os proprietários em ações desenvolvidas no PNTI;	1	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF AFLOBEI	MUNICIPIOS AFLOBEI	5 000 €	CMCB CM Idanha CM VV Ródão



Quadro 6- Valor total do investimento do Eixo 1: Informação e comunicação

Eixos	Medidas	Estimativa de Orçamento
Eixo 1: Informação e comunicação	1.1. Comunicação e promoção da identidade do PNTI;	161 000,00 €
	1.2. Criação de canais de comunicação para os atores-chave e população local do PNTI;	25 000,00 €
Valor total do Investimento do EIXO 1		186 000,00 €



Quadro 7- Medidas e ações do Eixo 2: Valorização do PNTI e promoção das condições de visitação

Eixos	Medidas	Ações Específicas	Prioridade	Período de Execução	Coordenadores	Parceiros	Estimativa de Custo	Potencial Financiador
Eixo 2: Valoriza�o e promo�o das condi�es de visita�o	2.1. Melhoria das Condi�es de visita�o do PNTI;	2.1.1. Criar e valorizar as Portas do PNTI, enquanto estruturas privilegiadas de apoio visita�o da �rea protegida; - Reabilita�o do im�vel que originar� a Estrutura de Apoio � Biodiversidade em Alfr�vida; - Melhoria de estrutura de visita�o de espa�o interpretativo – Centro Interpretativo da Biodiversidade, Segura; - Melhoria do edif�cio do Centro de apoio �s atividades da Natureza de Malpica do Tejo;	1	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF	MUNICIPIOS	110 122,12 �	Fundo Ambiental
		2.1.2. Conceber e produzir de exposi�o itinerante destinada � promo�o do modelo de cogest�o e valores do PNTI;	1	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF	MUNICIPIOS	5 000 �	Fundo Ambiental
		2.1.3. Valorizar equipamentos e infraestruturas de apoio � visita�o do PNTI: - Reabilitar o antigo edif�cio do Posto da Guarda Fiscal, em Segura; - Restaurar e proceder � manuten�o de sinal�tica alusiva ao PNTI; - Vocacionar espa�os para exposi�o e venda de produtos regionais, no Centro Interpretativo da Biodiversidade, em Segura; - Adaptar a escola prim�ria de Alfr�vida para Centro de Interpreta�o; - Atualizar equipamento e estrutura expositiva do Centro de Interpreta�o Ambiental, em Castelo Branco;	1	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF	MUNICIPIOS	179 656,19 �	Fundo Ambiental
		2.1.4. Criar novos percursos pedestres no PNTI e assegurar (com a colabora�o dos munic�pios) a manuten�o dos percursos existentes;	2	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF AFLOBEI	MUNICIPIOS AFLOBEI	30 000 �	Fundo Ambiental Turismo de Portugal PT 2030
		2.1.5. Instalar ferramentas de monitoriza�o da utiliza�o das estruturas de visita�o do PNTI atrav�s de sistemas de contabiliza�o;	1	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF	MUNICIPIOS	4 065 �	Fundo Ambiental
		2.1.6 Monitorizar. Reabilitar e completar a implementa�o de sinal�tica no PNTI;	1	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF	MUNICIPIOS ICNF	23 582,80 �	Fundo Ambiental



Quadro 8- Valor total do investimento do Eixo 2: Valorização do PNTI e promoção das condições de visitaçã

Eixos	Medidas	Estimativa de Orçamento
Eixo 2: Valorização e promoção das condições de visitaçã	2.1. Melhoria das condições de visitaçã do PNTI;	352 426,11€
Valor total do Investimento do EIXO 2		352 426,11€

Quadro 9- Medidas e ações do Eixo 3: Educaçã e investigaçã

Eixos	Medidas	Ações Específicas	Prioridade	Período de Execuçã	Coordenadores	Parceiros	Estimativa de Custo	Potencial Financiador
Eixo 3: Educaçã e investigaçã	3.1. Aprofundar o conhecimento científico do PNTI e dos fatores de ameaça;	3.1.1. Estabelecer protocolos com centros de investigaçã para o desenvolvimento de diferentes áreas de investigaçã relevantes, nomeadamente a biodiversidade e os produtos endógenos do PNTI;	2	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF	MUNICIPIOS IPCB AFLOBEI	15 000 €	Fundo Ambiental Programa LIFE
		3.1.2. Dinamizar encontros científicos de conhecimento sobre o PNTI;	1	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF	MUNICIPIOS IPCB AEBB	20 000 €	Fundo Ambiental Programa LIFE
		3.1.3. Envolvimento de estabelecimentos de ensino superior em trabalhos científicos de investigaçã sobre o PNTI;	2	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF	MUNICIPIOS IPCB	25 000 €	Fundo Ambiental Programa LIFE PT 2030
	3.2. Dinamizar e promover a educaçã ambiental sobre o PNTI;	3.2.1. Promover junto das escolas a criaçã de programas educativos que promovam o PNTI;	1	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF	MUNICIPIOS QUERCUS IPCB	10 000 €	Fundo Ambiental IPDJ ERASMUS
		3.2.2. Realizaçã de atividades direcionadas para a educaçã ambiental sobre o PNTI com os diferentes agrupamentos de escolas existentes nos municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródã;	1	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF	MUNICIPIOS QUERCUS IPCB AFLOBEI	15 000 €	Fundo Ambiental IPDJ ERASMUS



Quadro 10- Valor total do investimento do Eixo 3: Educação e investigação

Eixos	Medidas	Estimativa de Orçamento
Eixo 3: Educação e investigação	3.1. Aprofundar o conhecimento científico do PNTI e dos fatores de ameaça;	60 000,00 €
	3.2. Dinamizar e promover a educação ambiental sobre o PNTI;	25 000,00 €
Valor total do Investimento do EIXO 3		85 000,00 €

Quadro 11- Medidas e ações do Eixo 4: Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores-chave

Eixos	Medidas	Ações Específicas	Prioridade	Período de Execução	Coordenadores	Parceiros	Estimativa de Custo	Potencial Financiador
Eixo 4: Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores-chave	4.1. Promover a compatibilização das atividades económicas com os valores do PNTI;	4.1.1. Identificar e caracterizar as atividades económicas e potencialidades dos recursos endógenos existentes no PNTI;	1	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF	IPCB AEBB CMCD AFLOBEI	10 000 €	Fundo Ambiental Portugal PT 2030
		4.1.2. Realizar um levantamento de necessidades de formação e promover ações de capacitação empresarial, de forma a compatibilizar as atividades socioeconómicas com os objetivos de conservação da natureza no PNTI;	1	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF AFLOBEI	AEBB AFLOBEI	5 000 €	Fundo Ambiental PT 2030
		4.1.3. Promover projetos transfronteiriços, de desenvolvimento de produtos turísticos que incluam o património histórico-cultural da região integrando os atores chave do território PNTI;	2	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF	MUNICIPIOS AEBB CMCD AFLOBEI	5 000 €	Fundo Ambiental POCTEP INTERREG EUROPE

Plano de Cogestão do Parque Natural do Tejo Internacional 2024-2026



	4.1.4. Envolver os proprietários e operadores turísticos visando um turismo regulado, sem prejuízo dos valores existentes no PNTI, e promovendo o estabelecimento de parcerias;	1	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF AFLOBEI	AFLOBEI AEBB	20 000 €	Fundo Ambiental TURISMO DE PORTUGAL
	4.1.5. Criar uma ferramenta que, identifique as potencialidades do PNTI para a prática de atividades de animação turística e lazer;	1	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF	IPCB AFLOBEI	2 000 €	Fundo Ambiental
	4.1.6 Executar ações de valorização sustentável do território do PNTI, em particular ações associadas à agro -silvo -pastorícia, à caça, à pesca, à cultura e ao turismo de natureza, estimulando parcerias com promotores, empresas, centros de investigação instituições de formação e municípios;	1	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF	QUERCUS	83 000 €	Fundo Ambiental
4.2. Sensibilizar e promover a capacitação para o cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável do PNTI (Ambiental, Social e Económico);	4.2.1. Desenvolver um plano de sensibilização ambiental, contribuindo para o desenvolvimento de atitudes favoráveis para a conservação dos valores naturais e para a vivência no PNTI;	1	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF	MUNICIPIOS AFLOBEI QUERCUS	10 000 €	Fundo Ambiental
	4.2.2. Promover projetos no PNTI no âmbito da certificação florestal sustentável/serviços do ecossistema e cálculo de carbono, conferindo credibilidade para o mercado;	1	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF AFLOBEI	AFLOBEI CMCD	15 000 €	Fundo Ambiental



Quadro 12- Valor total do investimento do Eixo 4: Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores-chave

Eixos	Medidas	Estimativa de Orçamento
Eixo 4: Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores-chave	4.1. Promover a compatibilização das atividades económicas com os valores do PNTI;	125 000,00 €
	4.2. Sensibilizar e promover a capacitação para o cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável do PNTI (Ambiental, Social e Económico);	25 000,00 €
Valor total do Investimento do EIXO 4		150 000,00 €

Quadro 13- Medidas e ações do Eixo 5: Governança participativa

Eixos	Medidas	Ações Específicas	Prioridade	Periodo de Execução	Coordenadores	Parceiros	Estimativa de Custo	Potencial Financiador
Eixo 5: Governança Participativa	5.1. Modelos de governança participativa;	5.1.1. Realizar ações participativas de cogestão garantindo o envolvimento da população local, partes interessadas e demais stakeholders na gestão do território do PNTI no âmbito da execução do plano;	1	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF	MUNICIPIOS IPCB AEBB AFLOBEI	30 000 €	Fundo Ambiental
		5.1.2. Garantir uma efetiva articulação e cooperação transfronteiriça;	1	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF	MUNICIPIOS AEBB	8 000 €	Fundo Ambiental INTERREG EUROPE
	5.2. Monitorização das intervenções decorrentes do plano de cogestão do PNTI;	5.2.1. Criar um canal de ferramenta de trabalho (registo, operacionalização e monitorização da execução do plano de cogestão pela comissão de cogestão)	2	2024 - 2026	CM Castelo Branco CM Idanha - a - Nova ICNF	IPCB AFLOBEI	5 000 €	Fundo Ambiental



Quadro 14- Valor total do investimento do Eixo 5: Governança participativa

Eixos	Medidas	Estimativa de Orçamento
Eixo 5: Governança participativa	5.1. Modelos de governança participativa no PNTI;	38 000,00 €
	5.2. Monitorização das intervenções decorrentes do plano de cogestão do PNTI;	5 000,00 €
Valor total do Investimento do EIXO 5		43 000,00 €



8. INSTRUMENTOS E LINHAS DE FINANCIAMENTO

8.1. FINANCIAMENTO DAS MEDIDAS E AÇÕES

De acordo com o artigo 14º, do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, que define o modelo de cogestão das áreas protegidas, o financiamento baseia-se nos seguintes pontos:

1. Ao financiamento das medidas e das ações constantes no plano de cogestão aplicam-se os princípios da responsabilização, racionalidade, eficiência, transparência e proporcionalidade.
2. O financiamento deve, ainda, obedecer a princípios de sustentabilidade económica num horizonte de médio prazo.
3. O financiamento das medidas e das ações constantes no plano de cogestão processa-se de acordo com metas objetivas a alcançar.
4. Sem prejuízo das verbas disponibilizadas, anualmente, pelo Fundo Ambiental, pelo Fundo Florestal Permanente, pelo Fundo Azul ou, por outros cuja missão seja compatível com o plano de cogestão, tais medidas e ações podem ser financiadas pela comissão de cogestão do PNTI por:
 - a. Receitas próprias do ICNF, I. P.;
 - b. Receitas próprias das demais entidades representadas na comissão de cogestão;
 - c. Receitas obtidas no âmbito das medidas e das ações de valorização e divulgação referentes à área protegida;
 - d. Verbas disponibilizadas pelos municípios abrangidos pela área protegida;
 - e. Receitas obtidas por via de mecenato ambiental;
 - f. Contribuições de fundos de direito privado, nacionais ou estrangeiros;
 - g. Planos de investimento que tenham por objetivo a valorização do património cultural e natural do país, designadamente o Programa Valorizar, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 9/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 208, de 28 de outubro, na sua redação atual;
 - h. Contribuições da União Europeia, sujeitas a orientações fixadas pelas autoridades de gestão dos respetivos planos operacionais e aos regulamentos nacionais e da União Europeia, nomeadamente provenientes de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (DL 116/2019).
 - i. As candidaturas a financiamento nacional ou da União Europeia para a execução de medidas e ações constantes no plano de cogestão devem beneficiar de coeficientes de majoração na sua avaliação.

A comissão de cogestão, com o apoio do Conselho Estratégico procurará identificar os melhores instrumentos e linhas de financiamento de apoio à execução do plano de cogestão da área protegida.

8.2. ESTRATÉGIA DE OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO

A comissão de cogestão do PNTI considera importante estabelecer e reforçar as parcerias no sentido de se articularem esforços na obtenção do financiamento necessário à conjugação de estratégias e projetos.

Para a implementação do plano de cogestão do PNTI, para além dos possíveis financiamentos já mencionados (ver ponto 8.1), considera-se que esta pode ter fontes de financiamento nacionais



e internacionais como o Fundo Ambiental, o POCTEP - Programa de Cooperação Transfronteiriça, o programa Interreg VI Espanha-Portugal 2021-2027, o Turismo de Portugal, o IPDJ - Instituto português de Desporto e Juventude, I.P., o Programa LIFE, o Portugal 2030 e o PROMOVE - O futuro do interior, entre outras fontes de financiamento necessárias ao desenvolvimento das medidas e ações definidas.

8.3. RESUMO DO INVESTIMENTO NECESSÁRIO AO PLANO DE COGESTÃO

No conjunto das medidas definidas como prioritárias, as ações/projetos previstos para cada um dos 5 Eixos Estratégicos considerados no plano de cogestão do PNTI somam uma previsão de investimento na ordem dos 726.426,11 € (setecentos e vinte e seis mil quatrocentos e vinte e seis euros e onze cêntimos), conforme o quadro resumo que se apresenta em seguida:

Quadro 15- Resumo do investimento necessário ao plano de cogestão do PNTI

Eixos Estratégicos	Investimento por Eixo
Eixo 1: Informação e comunicação	186 000,00 €
Eixo 2: Valorização do PNTI e promoção das condições de visita	352 426,11€
Eixo 3: Educação e investigação	85 000,00 €
Eixo 4: Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores-chave	150 000,00 €
Eixo 5: Governança participativa	43 000,00 €
Total dos Eixos	816 426,11 €

9. MONITORIZAÇÃO

A execução do Plano de Cogestão do PNTI contribuirá para dar resposta ao conjunto mínimo obrigatório de indicadores de realização previstos na Portaria n.º 67/2021, de 17 de março, considerados relevantes para monitorizar a prossecução dos objetivos estratégicos definidos neste Plano e que estão em consonância com os ODS, com a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, com a Carta Europeia de Turismo Sustentável e com as **estratégias Portugal e região Centro 2030**. O quadro seguinte apresenta o conjunto dos indicadores aplicados ao Plano de Cogestão do PNTI.



Quadro 16- Conjunto dos indicadores adotados, Eixo 1: Informação e comunicação

Eixo 1: Informação e comunicação					
Medidas	Ações	Descrição dos indicadores	Metas	Meios de verificação	Indicador obrigatório
1.1. Comunicação e promoção da identidade do PNTI;	1.1.1. Elaborar um plano estratégico de marketing territorial sobre o PNTI;	N.º de publicações	1	Relatório	N.º 3 Materiais de divulgação
	1.1.2. Reeditar e rever materiais promocionais e informativos sobre o PNTI;	N.º de reedições de materiais	5	Relatório	N.º 3 Materiais de divulgação
	1.1.3. Promover os produtos endógenos e atrair novos aderentes para as marcas territoriais existentes no território do PNTI: “Terras de Excelência”, “Terras d’Oiro” e “Natural.pt”;	N.º de ações de promoção e divulgação N.º de novos aderentes à marca Natural.pt N.º de novos produtos e serviços aderentes	3 4 4	Relatório	N.º 12 Novas atividades e produtos N.º 9 Novos aderentes à marca Natural.pt N.º 10 Tipologias de novos produtos e serviços aderentes à marca Natural.pt



	1.1.4. Organizar um Fórum dedicado à cogestão de áreas protegidas;	N.º de eventos realizados	2	Relatório	N.º 16 Participação pública no processo de cogestão
	1.1.5. Participar em feiras transfronteiriças que alavanquem a visitação ao PNTI;	N.º de eventos realizados	3	Relatório	N.º 12 Novas atividades e produtos
1.2. Criação de canais de comunicação para os atores-chave e população local do PNTI;	1.2.1. Realizar sessões publicas regulares para esclarecer dúvidas, partilhar informação e criar condições de resolução para dúvidas existentes em cada uma das freguesias relativamente ao território do PNTI;	Nº de sessões de esclarecimento	10	Relatório	N.º 16 Participação pública no processo de cogestão
		Nº de participações	3		N.º 17 Participação efetiva em consultas públicas no âmbito da cogestão da AP.
	1.2.2. Envolver a comunidade e os proprietários em ações desenvolvidas no PNTI;	Nº de iniciativas promovidas	8	Relatório	N.º 16 Participação pública no processo de cogestão



Quadro 17- Conjunto dos indicadores adotados, Eixo 2: Valorização e promoção das condições de visitação

Eixo 2: Valorização e promoção das condições de visitação					
Medidas	Ações	Descrição dos indicadores	Metas	Meios de verificação	Indicador obrigatório
2.1. Melhoria das Condições de visitação do PNTI;	2.1.1. Criar e valorizar as Portas do PNTI, enquanto estruturas privilegiadas de apoio visitação da área protegida;	N.º de portas de entrada criadas	3	Relatório	N.º 1 Portas de entrada
		Nº de Reclamações resolvidas			N.º 8 Reclamações resolvidas
	- Reabilitação do imóvel que originará a Estrutura de Apoio à Biodiversidade em Alfrívada;	N.º de melhorias, reabilitações/recuperações efetuadas	1	Relatório	N.º 2 Infraestruturas de lazer e visitação
	- Melhoria de estrutura de visitação de espaço interpretativo – Centro Interpretativo da Biodiversidade, Segura;	N.º de melhorias, reabilitações/recuperações efetuadas	1	Relatório	N.º 2 Infraestruturas de lazer e visitação
	- Melhoria do edifício do Centro de apoio às atividades da Natureza de Malpica do Tejo;	N.º de melhorias, reabilitações/recuperações efetuadas	1	Relatório	N.º 2 Infraestruturas de lazer e visitação
	2.1.2. Conceber e produzir de exposição itinerante destinada à promoção do modelo de cogestão e valores do PNTI;	N.º de ações realizadas	1	Relatório	N.º 16 Participação pública no



				processo de cogestão
2.1.3. Valorizar equipamentos e infraestruturas de apoio à visitação do PNTI:	N.º de melhorias, reabilitações/recuperações efetuadas	1	Relatório	N.º 2 Infraestruturas de lazer e visitação
- Reabilitar o antigo edifício do Posto da Guarda Fiscal, em Segura;				
- Restaurar e proceder à manutenção de sinalética alusiva ao PNTI;	N.º de sinalização reabilitada	45	Relatório	N.º 5 Sinalização
- Vocacionar espaços para exposição e venda de produtos regionais, no Centro Interpretativo da Biodiversidade, em Segura;	N.º de produtos expostos	10	Relatório	N.º 11 Novas atividades e produtos
- Adaptar a escola primária de Alfrívda para Centro de Interpretação;	N.º de melhorias, reabilitações/recuperações efetuadas	1	Relatório	N.º 2 Infraestruturas de lazer e visitação
- Atualizar equipamento e estrutura expositiva do Centro de Interpretação Ambiental, em Castelo Branco;	N.º de equipamentos	1	Relatório	N.º 13 Inovação
2.1.4. Criar novos percursos pedestres no PNTI e assegurar (com a colaboração dos municípios) a manutenção dos percursos existentes;	N.º de percursos pedestres criados	1	Relatório	N.º 4 Rotas e percursos interpretativos
	N.º de percursos requalificados	3	Relatório	N.º 4 Rotas e percursos interpretativos
2.1.5. Instalar ferramentas de monitorização da utilização das estruturas de visitação do PNTI através de sistemas de contabilização;	N.º de contabilizadores instalados	5	Relatório	N.º 6 Visitação
2.1.6 Monitorizar. Reabilitar e completar a implementação de sinalética no PNTI;	N.º de sinalização reabilitada	60	Relatório	N.º 5 Sinalização



Quadro 18- Conjunto dos indicadores adotados, Eixo 3: Educação e investigação

Eixo 3: Educação e investigação					
Medidas	Ações	Descrição dos indicadores	Metas	Meios de verificação	Indicador obrigatório
3.1. Aprofundar o conhecimento científico do PNTI e dos fatores de ameaça;	3.1.1. Estabelecer protocolos com centros de investigação para o desenvolvimento de diferentes áreas de investigação relevantes, nomeadamente a biodiversidade e os produtos endógenos do PNTI;	Nº de protocolos realizados	2	Relatório	N.º 15 Educação e sensibilização ambiental
	3.1.2. Dinamizar encontros científicos de conhecimento sobre o PNTI;	Nº de protocolos realizados	3	Relatório	N.º 15 Educação e sensibilização ambiental
	3.1.3. Envolvimento de estabelecimentos de ensino superior em trabalhos científicos de investigação sobre o PNTI;	Nº de trabalhos desenvolvidos	2	Relatório	N.º 15 Educação e sensibilização ambiental
3.2. Dinamizar e promover a educação ambiental sobre o PNTI;	3.2.1. Promover junto das escolas a criação de programas educativos que promovam o PNTI;	Nº de escolas envolvidas	3	Relatório	N.º 15 Educação e sensibilização ambiental



	3.2.2. Realização de atividades direcionadas para a educação ambiental sobre o PNTI com os diferentes agrupamentos de escolas existentes nos municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão;	N.º de atividades realizadas	8	Relatório	N.º 15 Educação e sensibilização ambiental
--	---	------------------------------	---	-----------	--

Quadro 19- Conjunto dos indicadores adotados, Eixo 4: Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores-chave

Eixo 4: Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores-chave					
Medidas	Ações	Descrição dos indicadores	Metas	Meios de verificação	Indicador obrigatório
4.1. Promover a compatibilização das atividades económicas com os valores do PNTI;	4.1.1. Identificar e caracterizar as atividades económicas e potencialidades dos recursos endógenos existentes no PNTI;	N.º de atividades económicas	8	Relatório	N.º 11 Novas atividades e produtos
	4.1.2. Realizar um levantamento de necessidades de formação e promover ações de capacitação empresarial, de forma a compatibilizar as atividades socioeconómicas com os objetivos de conservação da natureza no PNTI;	N.º de formações promovidas	3	Relatório	N.º 15 Educação e sensibilização ambiental
	4.1.3. Promover projetos transfronteiriços, de desenvolvimento de produtos turísticos que incluam o património histórico-cultural da região integrando os atores chave do território PNTI;	N.º de projetos	2	Relatório	N.º 11 Novas atividades e produtos



	4.1.4. Envolver os proprietários e operadores turísticos visando um turismo regulado, sem prejuízo dos valores existentes no PNTI, e promovendo o estabelecimento de parcerias;	N.º de atividades desenvolvidas	6	Relatório	N.º 11 Novas atividades e produtos
	4.1.5. Criar uma ferramenta que, identifique as potencialidades do PNTI para a prática de atividades de animação turística e lazer;	N.º de atividades turísticas	5	Relatório	N.º 7 Visitação
	4.1.6 Executar ações de valorização sustentável do território do PNTI, em particular ações associadas à agro -silvo -pastorícia, à caça, à pesca, à cultura e ao turismo de natureza, estimulando parcerias com promotores, empresas, centros de investigação instituições de formação e municípios;	N.º de ações desenvolvidas	3	Relatório	N.º 7 Visitação
4.2. Sensibilizar e promover a capacitação para o cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável do PNTI (Ambiental, Social e Económico);	4.2.1. Desenvolver um plano de sensibilização ambiental, contribuindo para o desenvolvimento de atitudes favoráveis para a conservação dos valores naturais e para a vivência no PNTI;	Nº de publicações	1	Relatório	N.º 3 Materiais de divulgação
	4.2.2. Promover projetos no PNTI no âmbito da certificação florestal sustentável/serviços do ecossistema e cálculo de carbono, conferindo credibilidade para o mercado;	N.º de projetos promovidos	3	Relatório	N.º 14 Educação e sensibilização ambiental



Eixo 5: Governança Participativa

Medidas	Ações	Descrição dos indicadores	Metas	Meios de verificação	Indicador obrigatório
5.1. Modelos de governança participativa;	5.1.1. Realizar ações participativas sobre o plano de cogestão garantindo o envolvimento da população local e partes interessadas na gestão do território do PNTI;	N.º de ações realizadas	12	Relatório	N.º 16 Participação pública no processo de cogestão
		N.º de Entidades envolvidas nos projetos colaborativos na AP	8		N.º 18 Avaliação do processo de cogestão
N.º de Iniciativas de participação Pública	8	N.º 19 Envolvimento das entidades parceiras na cogestão da AP			
	5.1.2. Garantir uma efetiva articulação e cooperação transfronteiriça;	N.º de visitas promovidas	3	Relatório	N.º 16 Participação pública no



					processo de cogestão
5.2. Monitorização das intervenções decorrentes do plano de cogestão do PNTI;	5.3.1. Criar um canal de ferramenta de trabalho (registo e operacionalização das atividades do grupo de trabalho);	N.º de ferramentas criadas			N.º 13 Inovação
		Percentagem (%) de financiamento existente/financiamento necessário	1	Relatório	N.º 20 Financiamento do plano de cogestão da AP
		Percentagem (%) de execução física e financeira			N.º 21 Execução de projetos e ações previstos no plano de cogestão da AP

Conjunto dos indicadores adotados, Eixo 5: Governança Participativo



10. PUBLICITAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Todas as ações de informação e comunicação realizadas no âmbito do plano de cogestão do PNTI, serão divulgadas pela comissão de cogestão.

Assim, toda a informação e comunicação das ações realizadas, serão divulgadas no site e página de Facebook da comissão de cogestão do PNTI e nos sites oficiais da Câmara Municipal de Castelo Branco, da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão e do ICNF, I.P., assim como nas páginas web das restantes entidades integrantes da comissão de cogestão do PNTI.

A informação relevante para promover a visitação à área protegida, constará no site do ICNF, I.P., no site da marca Natural.pt, bem como nas portas de entrada do PNTI a criar.

Promover a comunicação e fomentar a participação pública da comunidade do território na implementação do plano de cogestão do PNTI é um dos objetivos da comissão de cogestão, que desta forma, pretende contribuir para uma comunidade cada vez mais ativa, participativa e esclarecida. A promoção e divulgação das ações a realizar constarão nos respetivos sites oficiais, agendas municipais e no site e página de Facebook, da comissão de cogestão do PNTI.